



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMUNIDADE QUILOMBOLA,
SENHOR DO BONFIM-PB, BRASIL**

EURIKO DOS SANTOS YOGI

**Araras
(2014)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMUNIDADE QUILOMBOLA:
SENHOR DO BONFIM-PB, BRASIL**

EURIKO DOS SANTOS YOGI

ORIENTADOR: PROF. Dr. CLAUDIO JOSÉ BERTAZZO

CO-ORIENTADOR: PROF. Dra. MARIA DE CLÉOFAS FAGGION ALENCAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

(2014)

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

Y54ip

Yogi, Euriko dos Santos.

Impacto de políticas públicas em comunidade quilombola,
Senhor do Bonfim-PB, Brasil / Euriko dos Santos Yogi. --
São Carlos : UFSCar, 2014.

85 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Políticas públicas. 2. Agricultura familiar. 3.
Agroecologia. I. Título.

CDD: 370 (20^a)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DE

EURIKO DOS SANTOS YOGI

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, **EM 18 DE MARÇO 2014.**

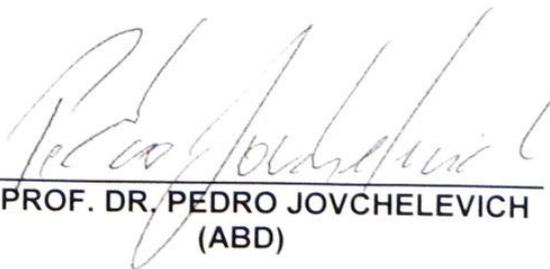
BANCA EXAMINADORA:



PROF. DR. CLAUDIO JOSÉ BERTAZOO
ORIENTADOR
(UFG)



PROF. DR. MANOEL BALTASAR BAPTISTA DA COSTA
(UFSCar)



PROF. DR. PEDRO JOVCHEVICH
(ABD)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos agricultores da comunidade Senhor do Bonfim, pela boa vontade com que colaboraram para a realização desse estudo, a relação criada com estes agricultores foi fundamental para a elaboração do trabalho.

Agradeço imensamente à Rafaella, sem seu incentivo e apoio incondicional seria impossível realizar o trabalho, seu amor e dedicação me motivaram e ainda me motivam a realizar mais.

Aos moradores/professores: Alejo, Danúbia, Tati, Nadia, Paulão, Cris, Gabi, Michele, Luiza, Pitt e Vizinha, o meu muito obrigado, a convivência com vocês foi a maior disciplina, estudada na escola da “zona autônoma permanente” República Comuna. Com o mesmo carinho agradeço aos amigos do curso de mestrado que também foram professores ao longo da caminhada: Tais, Carol, Pri, Wanessa, Cris e aos amigos que fiz na UFSCar, Zé Pequeno, Téo, Marcelinho, Charras, Birou, Socó, Calado, 16, Raoni, Potira, Cabeça, Trindade, Frida e à amiga Priscila, presente em muitos momentos de reflexão. Aos amigos Daniel, PV, Marcelo, Renata, Tiago (Zé), Jacy, Carol, Thiago (Alface) que sempre estiveram presentes em minha vida.

Pela formação, agradeço a todos os professores e funcionários do PPGADR pela dedicação que tornaram possíveis a realização do trabalho. Agradeço também ao prof. Baltasar, Fernandinho, Zé Maria e Irene de Viçosa por colaborarem de forma efetiva na qualificação e na reta final do trabalho.

Agradeço ao prof. Rosivaldo da Universidade Federal da Paraíba, que além de amigo foi também orientador desde o surgimento dos problemas de pesquisa, durante projeto de extensão Cultivando Autonomia.

Agradeço ao Bertazzo pela orientação e incentivo durante os dois anos de mestrado, da mesma forma agradeço à professora Cleo pelo esforço, atenção e dedicação na co-orientação, que colaborou desde a formulação da hipótese até a redação final do texto.

Por fim agradeço à minha Família pela minha formação e apoio em todos os momentos. Cada um de vocês faz parte do que sou hoje.

Gratidão!

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 DA EXCLUSÃO AO INCENTIVO	4
1.1 Conhecimento Tradicional e Modernização Da Agricultura	4
1.2 Agricultura Familiar ou Agricultura Camponesa?	7
1.3 Agricultura Familiar no Brasil e a Preservação do Campesinato no Nordeste	9
1.4 Políticas Públicas para Agricultura Familiar	11
1.5 Agroecologia, Desenvolvimento Rural e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO	14
2 MATERIAL E MÉTODOS	19
2.1 Objeto do Estudo	19
2.2 O Caminho e o Método	21
3 ROÇADO, SÍTIO E COMUNIDADE SENHOR DO BONFIM	26
3.1 Linha do Tempo	26
3.2 Produção agrícola	30
3.2.1 Organização da família e mão de obra	31
3.2.2. Agricultura, Criação de Animais e Manejo dos Recursos Naturais .	35
3.2.3 Calendário agrícola	49
3.2.4 Comercialização	53
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR .	55
4.1 Limitações da produção do Bonfim e a necessidade de assistência técnica	66
4.2 Transição agroecológica	68

CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Ações previstas no Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013	13
Tabela 2 Agricultores entrevistados e ferramentas participativas	24
Tabela 3 Evolução histórica da comunidade Senhor do Bonfim	28
Tabela 4 Custos de produção em reais (\$) do agricultor 4 em 2010.....	33
Tabela 5 Produção vegetal do agricultor 4.....	40
Tabela 6 Calendário agrícola da comunidade Senhor do Bonfim	50
Tabela 7 Limitações da produção	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Comunidade Senhor do Bonfim – PB, Brasil	19
Figura 2 Linha do Tempo da Comunidade Senhor do Bonfim	26
Figura 3 Produção em relevo inclinado	37
Figura 4 Fontes de água utilizadas pela comunidade Senhor do Bonfim	39
Figura 5 Arranjo produtivo do roçado dos agricultores.....	44
Figura 6 Aproveitamento dos espaços na produção	46
Figura 7 Diferença visual entre milho crioulo (esquerda) e milho híbrido cedido pelo governo	47
Figura 8 Mapa de comercialização e insumos	53
Figura 9 Diagrama de Venn	56
Figura 10 Níveis da transição agroecológica	70
Figura 11 Níveis da transição da comunidade Senhor do Bonfim.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Escolaridade da população com mais de 14 anos	20
Gráfico 2 Tipos de fontes de água das famílias na comunidade Senhor do Bonfim.....	39
Gráfico 3 Índice pluviométrico do município de Areia-PB em 2013.....	52
Gráfico 4 Áreas de atuação da Lei nº 11.326 na comunidade	57
Gráfico 5 Políticas encontradas na comunidade Senhor do Bonfim	58
Gráfico 6 Porcentagem das Fontes de Renda	59

IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMUNIDADE QUILOMBOLA: SENHOR DO BONFIM-PB, BRASIL

Autor: EURIKO DOS SANTOS YOGI

Orientador: Prof. Dr. CLAUDIO JOSÉ BERTAZZO

Co-orientador: Prof. Dr. MARIA DE CLÉOFAS FAGGION ALENCAR

RESUMO

Esta pesquisa discutiu os impactos de políticas públicas para agricultura familiar e sobre o conhecimento e práticas agrícolas tradicionais na comunidade quilombola Senhor do Bonfim-PB. Parte da hipótese de que essas políticas por priorizarem o lado econômico, inserem na comunidade elementos da agricultura modernizada, algo incoerente com o texto da lei de incentivo à agricultura familiar que apresenta como objetivo a sustentabilidade social, ambiental e econômica. Utilizamos a pesquisa qualitativa com uso de entrevistas semiestruturadas, observação participante e metodologias participativas. Encontramos algumas políticas públicas influenciando o modo produtivo dos agricultores. Estas ações acabam inserindo elementos da modernização da agricultura e influenciam o modo de produção.

IMPACT OF PUBLIC POLICY IN MAROON COMMUNITY: SENHOR DO BONFIM-PB, BRASIL

Author: EURIKO DOS SANTOS YOGI

Adviser: Prof. Dr. CLAUDIO JOSÉ BERTAZZO

Co-adviser: Prof. Dr. MARIA DE CLÉOFAS FAGGION ALENCAR

ABSTRACT

This research discussed the impacts of public policies for family farming on traditional knowledge and agricultural practices in maroon community Senhor do Bonfim-PB. Part of the hypothesis that these policies by prioritizing economic side, insert the community elements of the modernized agriculture, something inconsistent with the text of the law to encourage family farming which had the objective of social, environmental and economic sustainability. We used qualitative research using semi-structured interviews, participant observation and participatory methodologies. We found that some public policies influencing the farmers' productive way, these actions end up inserting elements in the modernization of agriculture and influence the mode of production.

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira passou por diversas transformações ao longo do tempo. No início dos anos 50 houve a intensificação das atividades agrícolas via Revolução Verde, onde o governo brasileiro optou por incentivar a modernização da agricultura e sua integração à indústria. Esse processo favoreceu aos latifundiários e agricultores mais capitalizados, que puderam se adequar a um tipo de agricultura dependente de financiamentos e insumos. Os agricultores tradicionais camponeses, que possuem outra lógica de produção ficaram à margem desse processo, sendo praticamente excluídos do apoio governamental.

A agricultura camponesa é uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. Este tipo de agricultura possui traços paradoxais ao desenvolvimento capitalista. Por este motivo, durante certo período da história, essa classe foi classificada como fadada ao desaparecimento pelos pesquisadores. Ao contrario do que se imaginava o campesinato ainda constitui-se como uma forma expressiva de produção agrícola no Brasil, principalmente na região Nordeste onde o investimento governamental foi menor e a inserção da agricultura modernizada foi menos proeminente do que em outras regiões como no Sul e no Sudeste.

Hoje o governo brasileiro adota uma postura dualista em relação ao apoio da produção agrícola. Se por um lado apoia e financia altos valores para agricultura empresarial, altamente modernizada e que se destaca pela exportação de *commodities*, por outro, apresenta investimentos cada vez mais significativos para a agricultura familiar. Nos últimos dez anos houve um aumento do investimento para agricultura familiar, sendo inclusive criado o Ministério do Agrário - MDA e a Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, lei de incentivo a produção familiar.

Em seu texto a lei apresenta como um de seus princípios a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Com base nisso questiona-se: como a aplicação dessa lei está influenciando o manejo dos agroecossistemas

nas propriedades dos agricultores tradicionais? O princípio “Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica” realmente está sendo posto em prática? Até que ponto o desenvolvimento econômico está sendo privilegiado? O ganho econômico pode estar sendo sentido no curto prazo, mas no longo prazo pode acabar deixando evidente a falta de cuidado com as bases socioculturais e ambientais de comunidades de agricultores camponeses.

Julga-se pertinente maior compreensão das dinâmicas entre políticas públicas para a agricultura familiar e a polaridade entre o conhecimento tradicional e a modernização da agricultura, a fim de se chegar a um maior entendimento dos benefícios ou malefícios dessas políticas para a reprodução e manutenção de manejos produtivos tradicionais, na tentativa de adequar os investimentos governamentais aos modos de produção camponês, na busca pelo desenvolvimento rural em bases ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas.

Este estudo de caso tem como objetivo investigar como as políticas públicas estão inseridas em uma comunidade tradicional de remanescente Quilombola situada em Areia, município da Paraíba. Os questionamentos surgiram do projeto Cultivando Autonomia, vinculado a Universidade Federal da Paraíba, onde foi possível ter maior contato com a população da comunidade Senhor do Bonfim. Durante o diagnóstico realizado pelo projeto as perguntas foram se clareando, e foi possível fazer um paralelo entre o manejo tradicional desempenhado pelos agricultores dessa comunidade e as políticas públicas inseridas nesse contexto.

O trabalho é vinculado ao Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – PPGADR, UFSCar e está dividido em quatro partes: Na primeira realizamos uma revisão de literatura sobre a modernização da agricultura no contexto brasileiro e o surgimento de políticas públicas para agricultura familiar. A segunda parte trata da metodologia e dos caminhos percorridos para a realização do estudo. Já na terceira parte, estão expostos dados relevantes sobre o manejo agropecuário encontrado na comunidade e por fim, na última parte do trabalho é discutida a influência das políticas

públicas sobre o modo de produção dos agricultores da comunidade Senhor do Bonfim.

1. DA EXCLUSÃO AO INCENTIVO

O primeiro capítulo tem objetivo fazer um resgate histórico e conceitual sobre temas relacionados ao modo de produção tradicional camponês e o projeto de modernização da agricultura do governo brasileiro no início dos anos 50, elucidar como o conceito de camponês se transformou no conceito de agricultura familiar e como a política de incentivo baseou-se na modernização da agricultura, na importação de tecnologias e no apoio ao latifúndio. Apresenta a agricultura familiar no contexto da região nordeste e a política atual de incentivo à produção familiar, algumas ações para o cumprimento da lei e levanta informações sobre a agroecologia. Essas informações servirão de base teórica para enriquecer as discussões sobre o modo de produção tradicional da comunidade do Senhor do Bonfim, e a influência das políticas públicas sobre o manejo realizado pelos agricultores quilombolas.

1.1 Conhecimento Tradicional e Modernização a Agricultura

No início da década de 1950, o Brasil passou a evidenciar uma preocupação quanto ao atraso do setor agrícola. Alguns obstáculos foram apontados para o crescimento do país: tecnologia, baixos níveis de produção agrícola para o mercado interno/externo, e a escassez de matérias-primas para as demandas do setor industrial. Tudo isso estimulou o Estado a planejar políticas voltadas ao fortalecimento das relações capitalistas na agricultura (SILVA, 2007), visando o crescimento do país. A lógica desenvolvimentista do Estado, baseada nos interesses do capitalismo industrial e financeiro, procurou homogeneizar os padrões de produção, seguindo modelos baseados na importação de tecnologia, moldadas pela Revolução Verde:

As práticas da agricultura moderna representam uma extrema simplificação de sistemas ecológicos complexos, em um primeiro momento despertaram o otimismo de cientistas que acreditavam, por exemplo, que os meios químicos e mecânicos poderiam substituir completamente os métodos da agricultura tradicional, entretanto, essas técnicas, além de não alcançarem completamente o seu objetivo, também provocaram efeitos secundários de degradação do meio ambiente (SILVA, 2007, p. 97).

As principais razões da modernização foram a elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; a redução dos custos

unitários de produção para vencer a concorrência; a necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; e também possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país (BRUM, 1988).

O processo de modernização no Brasil, segundo Perestrelo e Martins (2003), passou necessariamente pela implantação da agroindústria na zona rural, expandindo-se quase que exclusivamente entre as grandes propriedades. O latifúndio, aliás, vem sendo estimulado desde o período da colônia, a dominação econômica, social e política da grande propriedade que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional (WANDERLEY, 1996).

Para entender o processo de modernização da agricultura no Brasil é necessário voltar até a colonização do nosso território. A questão fundiária atual, onde o latifúndio predomina, concentrando a maior parte da área agricultável do país e exercendo pressão sobre as florestas da região Norte, através do avanço da fronteira agrícola pelo sistema Soja-Gado (VANKRUNKELSVEN, 2012), faz parte de uma política nacional que sempre incentivou e financiou essa lógica de produção.

No Brasil, a história agrícola está ligada à história do processo de colonização no qual a dominação social, a política e a economia para grandes propriedades foram privilegiadas. Assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução, desprezando o conhecimento tradicional. (WANDERLEY, 1996).

Fernandes et al. (2012) apresentam uma perspectiva histórica da formação regional do Brasil, na qual:

A monarquia portuguesa garantiu seu domínio sobre o Novo Mundo através do desenvolvimento de sistemas de uso e posse de terras. No século XIX, eram frequentes as disputas territoriais, não só com os inimigos externos, mas também adversários internos, onde diferentes sistemas de posse e uso da terra entraram em choque pelo domínio fundiário. O avanço da ordem capitalista mundial animou as elites brasileiras, ditando as normas para a implementação de projetos que transformariam milhões de hectares de terras de plantio diversificado em sistemas agrícolas industriais (FERNANDES et al. 2012, p.15).

Dessa forma, o processo de modernização resultou na expulsão de um número expressivo de trabalhadores não proprietários de suas terras e na inviabilização das condições mínimas de reprodução do campesinato. (WANDERLEY, 2009).

A dominação do moderno frente ao conhecimento tradicional não ficou apenas no plano fundiário, a pesquisa agrícola nacional foi influenciada pelo progresso científico europeu e americano. Os adeptos da nova agricultura na Europa consideravam a si próprios demasiados importantes como portadores da luz nas trevas da ignorância e do atraso para poderem ver a situação tal como ela era na realidade. Com esta forma de pensar, eles eram tão obcecados pelas novidades que desconsideravam tudo o que era antigo ou tradicional (HENRIQUES, 2011).

Muito distante de qualquer intenção de compreender as peculiaridades da vida rural brasileira e defendendo um aumento da produção e da produtividade, os primeiros extensionistas difundiram informação técnica “goela adentro”. Queriam convencer principalmente médios e grandes proprietários a moldar seu processo produtivo em um sistema interessante à indústria de insumos agrícolas (CALHEIROS e STADTLER, 2010).

Em 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que segundo Mendonça (2012), não foi capaz de desenvolver tecnologias distintas da revolução verde, impostas pelo capital, desenvolvendo tecnologias agrícolas que induziam o uso maciço de insumos modernos (fertilizantes químicos, defensivos, sementes melhoradas). Para Wanderley (2009), a criação da EMBRAPA desviou o foco da extensão rural, um dos programas de maior capilaridade no meio rural com foco na família do agricultor, para o enfoque em pacotes tecnológicos. Dessa forma, boa parte da criatividade camponesa foi suprimida em favor da uniformização da produção agropecuária, os camponeses ficaram a margem do processo, que teve como protagonistas agricultores empresariais e capitalistas baseando sua produção no latifúndio.

Apesar do processo de modernização da agricultura procurar a substituição dos métodos da agricultura tradicional, as práticas e o conhecimento tradicional agrícola continuam sendo a base para maior parte da produção primária de alimentos. (GLIESSMAN, 2008). Para Altieri (2004), a

agricultura tradicional é praticada em pequena escala e representa estabelecimento de formas de agricultura local. No Brasil, atualmente, é utilizado o termo de agricultura familiar para classificar esses agricultores, que, fazem do meio rural seu lugar de vida onde suas famílias tiram o sustento por meio de distintas atividades. São definidos por Wanderley (2009), como pequenos ou médios agricultores, proprietários ou não das terras em que trabalham: assentados, trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradores de coco babaçu, açazeiros, seringueiros, trabalhadores caiçara, pescadores artesanais, e ainda comunidades indígenas e quilombolas.

1.2 Agricultura Familiar ou Agricultura Camponesa?

Para entender os conceitos de agricultura tradicional camponesa e agricultura familiar é necessário verificar o contexto no qual esses termos foram empregados ao longo da história no Brasil. Wanderley (2009), aponta as denominações escolhidas pelo Estado para tratar de agricultores tradicionais camponeses no Brasil no final dos anos 50, início da modernização da agricultura e onde em diversos programas agrícolas implantados pelo Estado, a palavra camponês foi substituída por termos como pequenos produtores e produtores de baixa renda, ambos desprovidos de referências positivas a essa categoria de agricultores. Assim, o governo substituiu o termo camponês, por agricultor familiar.

Pontes (2005) estudou a visão de A. Chayanov na qual a agricultura camponesa: I - não contrata força de trabalho externa, II - possui certa extensão de terra disponível, III - possui seus próprios meios de produção e, IV - às vezes, se vê obrigada a empregar parte da sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas. Entre os requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de JULHO de 2006 (lei de incentivo à agricultura familiar) e a forma de produção camponesa estudada por Chayanov não existe diferença, ou seja, os agricultores camponeses estão inseridos no público do qual a lei trata.

Entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou

um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis, o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorre da centralidade da família (WANDERLEY, 2009). Porém, como ressalta Abramovay (1992), uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa.

Nas sociedades modernas multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesas. São aquelas que tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura atual (WANDERLEY, 1996). Para a autora, o modo de produção camponês possui peculiaridades ligadas aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. Essas peculiaridades dizem respeito ao modo de produção camponês, apontado por Chayanov (1966), como um sistema econômico não capitalista. O mesmo autor aponta que a lógica camponesa de produção tem como motivação o bem estar da família, ou seja, toda a produção é planejada equilibrando a força de trabalho familiar com a satisfação das necessidades da própria família; diferente do agricultor empresarial, que segundo Ploeg (2008), “é essencialmente (embora não exclusivamente) baseado em capital financeiro e industrial (sob a forma de crédito, insumos industriais e tecnologias), sendo sua expansão atual realizada, basicamente, através do aumento em escala da sua produção, altamente especializada e completamente orientada pelo mercado”.

O sistema tradicional de produção camponês, denominado de policultura-pecuária e considerado uma sábia combinação entre diferentes técnicas, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Com efeito, os estudos sobre as sociedades camponesas tradicionais mostram que esta evolução pode ser percebida através do esforço de aperfeiçoar esta diversidade, seja pela introdução de novas culturas, até o limite da supressão das áreas de pousio, seja pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento (WANDERLEY, 1996, p.3).

Para Ploeg (2009) a principal diferença entre a agricultura empresarial e a agricultura camponesa tradicional é que, enquanto a última é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Dessa forma, a agricultura tradicional camponesa, por basear-se no capital ecológico, possui estratégias de produção adequadas a cada realidade em que se encontram.

Então um agricultor familiar que opte por especializar sua produção transitando de uma produção camponesa para uma produção empresarial tende a introduzir tecnologias provenientes da modernização da agricultura; pouco a pouco engendraram um mecanismo de destruição do trabalho vivo, inerente às formas artesanais camponesas, em favor de padrões de agricultura assentados nos grandes estabelecimentos rurais, produtores de agricultura extensiva, direcionados à exportação, capital-intensivas no uso de maquinaria e insumos (GONÇALVES, 2011). Também é frequente surgirem formas de agricultura empresarial após programas governamentais de modernização da agricultura (PLOEG, 2008).

1.3 Agricultura Familiar no Brasil e a Preservação do Campesinato no Nordeste

O camponês nordestino possui o conhecimento das potencialidades produtivas de cada pequeno espaço de sua própria região, desde as vazantes do leito dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas sertanejas, assim sua experiência e contato com as dificuldades inerentes a esse tipo de ambiente, historicamente vem moldando a forma como se relaciona com seu entorno (AB'SÁBER, 2003, p.26).

A agricultura familiar corresponde a 85,2% do total de estabelecimentos rurais, já a agricultura empresarial corresponde a 12%, sendo que a agricultura familiar contribui com 38% do valor bruto da produção, ocupa 75% da população ativa agrícola, com apenas 30% das terras de todo o território agrícola, isso tudo acessando apenas 25% dos financiamentos públicos (MDA, 2006). Os dados demonstram a importância desses agricultores no

abastecimento interno de alimentos e na economia nacional, mesmo com pouco crédito.

A região Nordeste reúne praticamente a metade de todos os estabelecimentos familiares e camponeses do país, sendo responsável por 43% do PIB agropecuário da região, mobilizando 40% da superfície e acessando apenas 27% dos financiamentos públicos destinados à agricultura familiar (Guanziroli, 2000). De forma geral, esses dados também não deixam dúvidas sobre a importância da agricultura familiar no Nordeste e o pouco financiamento a ela destinado.

No Brasil há também uma ampla diferença entre os agricultores familiares do eixo Sul/Sudeste, comparando aos agricultores do Nordeste. Segundo Fernandes et. al. (2012), a paisagem rural do Brasil varia entre modernos complexos agroindustriais, (Sul/Sudeste) e pequenas unidades camponesas mal equipadas (Nordeste). O mesmo autor ressalta um aspecto singular da questão agrária da região Nordeste, a falta de acesso à infraestrutura e tecnologias pela maior parte do campesinato. Apesar de encontrarmos no Sul e Sudeste, exemplos da agricultura modernizada, Fernandes et al. (2012) destacam a presença do agronegócio também no Nordeste, que através da produção de *commodities* para exportação, baseadas na lógica industrial, com vários elementos da agricultura modernizada ainda beneficia o coronelismo, gerando exclusão dos agricultores através da expropriação causada pela expansão da soja nos estados da Bahia, Maranhão e Piauí.

Como consequência, o governo brasileiro investiu mais na modernização da agricultura no Sul e Sudeste, enfraquecendo e às vezes excluindo o modo de produção camponês e sua tradição, enquanto no Nordeste, com menos investimento, este modo de produção foi mais preservado.

Na região Nordeste, configura-se a preservação de um campesinato com características internas e graus de dependência diferenciados em função da área de influência e mesmo de interesse dos latifúndios. Por outro lado, na região Sudeste, especificamente no estado de São Paulo, observa-se um

pequeno produtor mercantil especializado que não preenche as características peculiares de um camponês (LANDIM e MONTEIRO, 1986).

Portanto parece evidente que a presença do campesinato na região Nordeste é importante tanto pela segurança alimentar quanto pela valorização de seu saber cultural para reprodução da agricultura camponesa.

1.4 Políticas Públicas para Agricultura Familiar

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil ocorreu principalmente a partir de estudos desenvolvidos pela FAO juntamente com o INCRA no início da década de 1990, cujo resultado é um relatório sobre as diretrizes da política agrária do desenvolvimento sustentável, dando maior visibilidade para a agricultura familiar no contexto das políticas públicas (AZEVEDO & PESSÔA, 2011).

O conceito de desenvolvimento foi associado às dimensões do local e do sustentável. Assim, pesquisadores e instituições, agentes internacionais e diversos setores da sociedade civil (especialmente os movimentos sociais) passaram a pressionar o Estado brasileiro pela adoção de novas políticas públicas para os contextos rurais. A reforma agrária e a agricultura familiar – pleitos antigos das lutas camponesas – ganharam lugar de destaque quando criou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (CALHEIROS e STADTLER, 2010).

Desde 1998, o Brasil institucionalizou uma abordagem dualista do seu setor agrícola separando o apoio à agricultura familiar com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, do apoio à agricultura patronal, mantido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e graças à influência dos movimentos sociais sindicais na política do MDA, os recursos destinados à agricultura familiar são cada vez mais significativos (SABOURIN, 2007).

As recentes evoluções da agricultura brasileira revelam um movimento contraditório, de um lado, o país é reconhecido como uma das maiores potências agrícolas da atualidade, graças ao padrão de ocupação do espaço

fundado em grandes monocultivos modernizados, à agricultura capital-intensiva e aos avanços científico-tecnológicos. Por outro lado tem sido citado como referência em ações públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar com base nos princípios da Agroecologia (CAPORAL, 2011).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, específica para a agricultura familiar no Brasil, apresenta os seguintes princípios: I - a sustentabilidade ambiental, social e econômica; II - descentralização; III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia. Para atingir seus objetivos, a política pretende promover o planejamento e a execução das ações nas áreas de: Crédito; Infraestrutura e Serviços; Assistência Técnica e Extensão Rural; Pesquisa; Comercialização; Seguro; Habitação; Legislação Sanitária, Previdenciária, Comercial e Tributária; Cooperativismo e Associativismo; Educação, Capacitação e Profissionalização; Negócios e Serviços Rurais não Agrícolas e Agroindustrialização (BRASIL, 2006).

No Plano Safra para Agricultura Familiar de 2012/2013, é possível visualizar algumas das medidas para o cumprimento da lei, tabela 1.

Tabela 1 Ações previstas no Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013

Ações	Recursos	Características
PRONAF	R\$ 18 bilhões	Financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores. Custeio da safra/agroindustrial/máquinas, equipamentos ou infraestrutura/serviços agropecuários ou não agropecuários.
SEAF - SEGURO DA AGRICULTURA FAMILIAR	R\$ 480 milhões + R\$ 5 bilhões em produção segurada	Exclusivamente aos agricultores que contratam Pronaf. Seguro garante 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado.
PROGRAMA GARANTIA-SAFRA	R\$ 411,8 milhões	Para agricultores que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Indenização prevista pelo Garantia-Safra, se detectado 50% de perda.
GARANTIA DE PREÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-PGPAF	R\$ 90 milhões	Em caso de baixa de preços no mercado, o agricultor recebe desconto no pagamento do financiamento Pronaf.
PAA e PNAE	R\$ 1,2 bilhão e R\$1,1 bilhão	Atuam na comercialização da agricultura familiar, facilita a comercialização e gera renda. Bonifica sistemas agroecológicos.
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R\$ 542 milhões	Melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.
GARANTIA DE PREÇO MÍNIMO	R\$ 347 milhões	O Decreto-Lei nº 79 de 1966 instituiu normas para fixação de preços mínimos e aquisição de produtos agropecuários. A Conab elabora e operacionaliza os Preços Mínimos.
FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	R\$ 81 milhões	Ação do Plano Brasil Sem Miséria para garantir fomento à agricultura familiar. Governo federal libera ao agricultor R\$ 2,4 mil, em três parcelas semestrais, para a compra de insumos e ferramentas.

Fonte: BRASIL. CLARITA RICKLI. (Ed.). Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. Brasília: MDA, 2012. 19 p. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

Os beneficiários dessa lei são, entre outros, os integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais. Para estes agricultores, além dos benefícios previstos pela lei de incentivo à agricultura familiar, são destinadas políticas específicas. O Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento,

delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2003). Seis anos depois desse decreto, mais de 1300 comunidades já haviam conquistado sua certificação (CALHEIROS e STADTLER, 2010). Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável desses povos, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007). Os agricultores dessas comunidades tem se beneficiado de várias políticas públicas onde encontramos o incentivo à produção, o respeito à sua cultura e a preservação como princípios básicos, exatamente como na lei de incentivo à agricultura familiar.

1.5 Agroecologia, Desenvolvimento Rural e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO

A permanência de milhões de hectares agrícolas sob o antigo manejo tradicional na forma de campos elevados, terraços, policulturas (com várias colheitas ao mesmo campo), sistemas agroflorestais etc., documenta uma estratégia agrícola exitosa e inclui um tributo à criatividade dos agricultores tradicionais (ALTIERI, 2010).

Como vimos até agora, o conhecimento tradicional dos agricultores familiares no Brasil foi deixado à margem do plano de desenvolvimento rural com o processo de modernização da agricultura, tanto é que, no passado importamos mão de obra, que foi julgada mais adequada para o desenvolvimento da agricultura que o governo brasileiro planejava incentivar e incentivou. Hoje, houve um grande avanço no apoio às formas familiares de produção.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável publicou as diretrizes para o desenvolvimento sustentável¹, onde é possível perceber a complexidade do

¹ Humberto Oliveira (Org.). **DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.** Brasília: Mda, 2006. 38 p. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/Diretrizes>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

termo sustentável, assim como, observar a noção de desenvolvimento rural sustentável:

O desenvolvimento rural possui enfoque nas diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial). O rural tem um papel central na construção de um novo projeto de sociedade, sendo visto como um espaço que deve diversificar e multiplicar a pluralidade, tanto dos sistemas de produção quanto das atividades rurais não agrícolas; viabilizar novas estratégias de conservação ambiental compatíveis com a produção sustentável; promover e estimular dinâmicas de inclusão social e promoção da igualdade; e gerar alternativas tecnológicas que favoreçam a disseminação da autonomia relativa de produtores(as) familiares. Essas características apontam na direção de um rural que assegure a existência da diversidade dos agroecossistemas, com valorização da agroecologia; a integração de diferentes setores econômicos; o resgate e a valorização das formas tradicionais de manifestação e produção cultural e dos saberes locais (MDA/CONDRAF, 2006).

De acordo com Ploeg (2000), no conceito de desenvolvimento rural ainda se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

O desenvolvimento rural é um processo multinível, multiatores e multifacetado. Quanto ao primeiro aspecto, deve-se considerar o desenvolvimento rural num nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade; num nível intermediário, como novo modelo para o setor agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais; o terceiro nível é o da firma individual, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade. Por último, as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc., fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado, em que propriedades que haviam sido consideradas "supérfluas" no paradigma da modernização podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os setores urbanos (KAGEYAMA, 2004, p. 384).

A agroecologia tem se apresentado como um modelo alternativo no âmbito do desenvolvimento rural. De acordo com Guzmán (2001) a agroecologia propõe um desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, utilizando os elementos de resistência específicos de cada identidade local, baseando-se na sistematização, análise dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa,

estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local do etnoecossistema concreto em que se inserem.

O termo sustentabilidade para o desenvolvimento rural é um conceito complexo, que sugere uma abordagem de pluralidade e valorização da agroecologia com uma abordagem holística e multidisciplinar que valorize o conhecimento tradicional.

Para Caporal (2009), a Agroecologia é um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico² e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Para este autor, a agroecologia se encontra no campo do pensar complexo.

Veiga (1996), entende o pensar complexo como:

O pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações. A Agroecologia, logo, não se emarca no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, no paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois, este não consegue reconhecer a existência do problema da complexidade. E é disto que se trata, reconhecer que nas relações do homem com outros homens e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais (VEIGA, 1996, p. 390).

A abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores tradicionais e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. A tecnologia tradicional deve ser reavaliada para servir como fonte chave de informação sobre as capacidades de adaptação e de resistências expostas pelas pequenas explorações agrícolas. As tecnologias indígenas com frequência refletem uma cosmovisão e um entendimento de nossa relação com o mundo natural que é mais realista e mais sustentável do que aquelas a que herdamos da Europa Ocidental (ALTIERI, 2010).

² Etimologicamente, a palavra holístico, deriva do grego holos (todo, completo, visão do conjunto). Na abordagem holística o todo não significa a soma das partes, mas é maior que esta. A maneira como as partes se relacionam faz com que emergjam novas propriedades, da mesma forma que um amontoado de materiais necessários e suficientes para construir um avião, por exemplo, por si só não lhes confere a capacidade de voar.

A Agroecologia surgiu, segundo Gliessman (2008), da união de duas outras ciências, a Agronomia e a Ecologia, que ao longo do tempo distanciaram-se em suas bases filosóficas. Através do surgimento da Agroecologia, essas ciências (Agronomia e Ecologia) reconciliaram-se em prol do estudo das interações biológicas nos agroecossistemas. Ou seja, a agroecologia como uma ciência multidisciplinar, pretende dialogar com diversas disciplinas e com o conhecimento tradicional, com olhar holístico sobre os sistemas produtivos, em busca de técnicas que diminuam os impactos ambientais da agricultura de modo que estas atividades se aproximem da sustentabilidade.

Para Wezel (2009), o termo Agroecologia foi usado pela primeira vez em uma publicação de Bensin em 1928 e mais recentemente marcado pela publicação do livro de Gliessman em 2007, segundo o autor o termo vem sendo cada vez mais utilizados nos meios acadêmicos. É ainda citado tanto no meio científico quanto para descrever práticas da agricultura.

É possível perceber que o conceito de desenvolvimento rural do MDA, assim como da lei de incentivo a agricultura familiar trazem em seus textos objetivos muito complexos, encontramos diversas vezes a palavra sustentabilidade. Outro assunto bastante tocado ao longo desses textos é o respeito e valorização do conhecimento tradicional.

Parece-nos coerente o surgimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, criada em de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012). Possui objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica. Pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, pois incentiva o uso sustentável dos recursos naturais e oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Como forma de colocar em prática os objetivos desta política, o governo lançou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, no qual o Governo Federal pretende ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável.

O plano busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros de sua execução, quais sejam, Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Fazenda. Seus objetivos são articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2013).

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Objeto do Estudo

A comunidade Senhor do Bonfim está localizada no município de Areia, no estado da Paraíba, é composta por 25 famílias de remanescente quilombola. O total dessa população chega a 130 pessoas que em abril de 2011 tomaram posse dos 122 ha em que vivem há pelo menos 25 anos, sendo que alguns estão nessa área há mais de 90 anos segundo o laudo antropológico utilizado no processo pelo reconhecimento como população quilombola (INCRA, 2007). A localização da Comunidade pode ser observada no Figura 1.

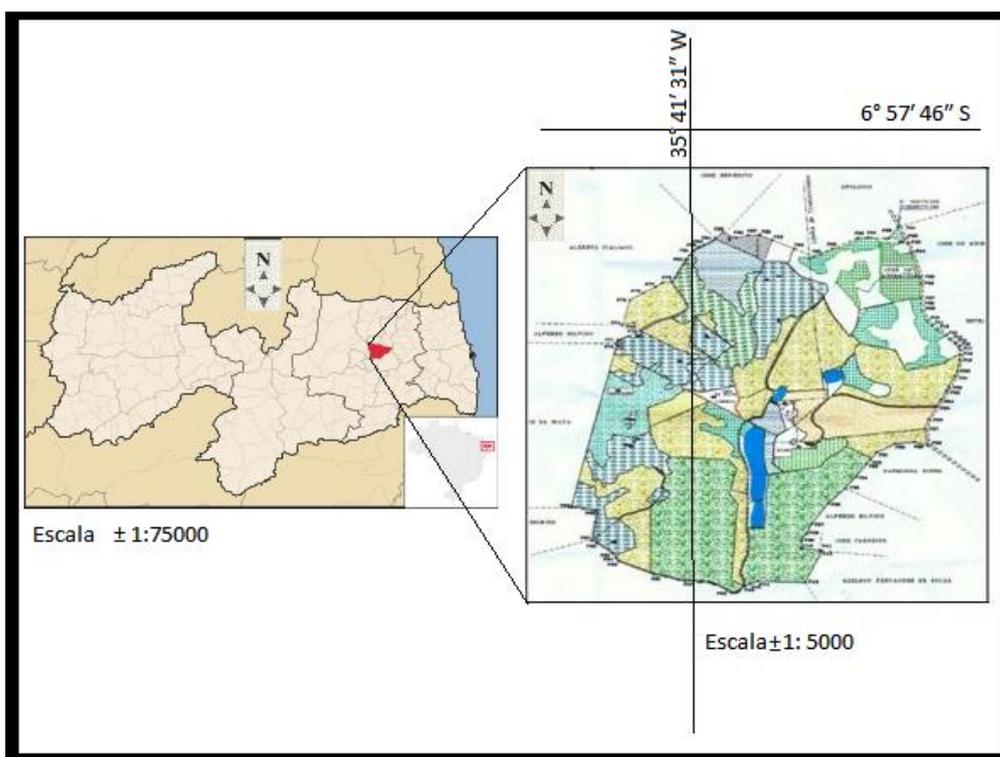


Figura 1 Comunidade Senhor do Bonfim – PB, Brasil
Fonte: IBGE, adaptado pelos autores, 2012

O gráfico 1, mostra dados sobre a escolaridade da população com mais de 14 anos, revelando alto índice de analfabetismo.

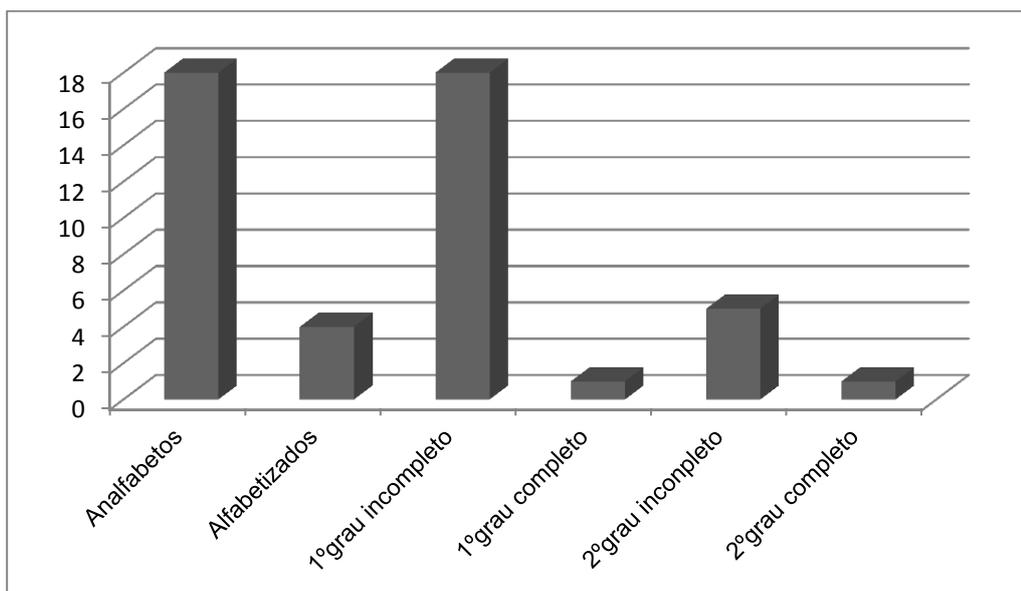


Gráfico 1 Escolaridade da população com mais de 14 anos
 Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2011

De acordo com o relato dos moradores não há transporte escolar disponível para a população da comunidade sendo que 7 crianças estudam na escola Caiana dos Crioulos próxima à comunidade e 13 estudam no colégio da comunidade Nelson Carneiro que fica mais distante.

Os moradores contam com um posto de saúde localizado em Cepilho, porém os casos mais sérios são direcionados ao hospital municipal de Areia.

Existe dificuldade de tratamento de doenças e assistência médica, sendo necessário encaminhar para Campina Grande, distante 60 km da comunidade, os casos mais graves.

Quando foi questionado sobre a identidade cultural dessa comunidade não houve nenhuma resposta que os caracterizassem como quilombola, segundo os agricultores não há características que os distinguem dos outros agricultores da região. Para eles a comunidade Senhor do Bonfim se diferencia das outras por serem mais organizados e unidos, com agricultura mais desenvolvida. A discussão sobre a identidade étnica na comunidade surgiu com a possibilidade de serem expulsos das terras, desencadeando o processo de reconhecimento como remanescentes de quilombola, apoiados pela Comissão da Pastoral de Terra - CPT e pelo INCRA.

O conflito pela posse das terras foi iniciado, segundo os moradores, após a morte da antiga proprietária da fazenda onde as 25 famílias residem e cultivam o solo. A área fora vendida e seus novos proprietários tentaram expulsar a população do território, desencadeando o processo de reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola e posterior concessão do título de propriedade coletiva em nome da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim.

O histórico da comunidade é marcado pela exploração do trabalho, uma vez que os agricultores mantinham com o proprietário uma relação de trabalho configurada como morador de condição, onde o trabalhador cumpria dias de trabalho para o dono das terras além de ceder-lhe parte de seu cultivo.

Hoje as preocupações dos agricultores são outras, uma vez reconhecido e assegurado seu território, os moradores da comunidade passaram a planejar e executar seus roçados de maneira livre, sem limitações ou imposições.

2.2 O Caminho e o Método

As questões fundamentais para a presente pesquisa foram formuladas durante a participação em um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba – UFPB durante o ano de 2011. Esse projeto visava assistência técnica contextualizada, com objetivo de promover o desenvolvimento das famílias através da Agroecologia. Ainda na primeira fase, quando os integrantes estavam aplicando o DRP – Diagnóstico Rápido Participativo, guiado por Verdejo (2006), ficou evidente a importância e a influência das políticas públicas no desenvolvimento das atividades agrícolas da comunidade. Com o amadurecimento dos questionamentos veio também a oportunidade de cursar o programa de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

Considerando que o contato com os agricultores através do projeto de extensão foi fundamental para a formulação dos questionamentos que guiaram esta pesquisa, é evidente que extensão e pesquisa não devem ser dissociadas, e sim trabalhada em conjunto, como no caso da metodologia pesquisa-ação:

Pesquisa ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENTT, 1985, p. 14).

Como aponta Freire (1987), a partir da reflexão sobre seu mundo é que as pessoas podem tomar conscientização sobre sua condição de vida. Acredita-se que o diálogo entre os saberes locais e a produção científica é essencial para a criação de um espaço para elaboração de “pistas” não somente para identificação e hierarquização dos problemas, mas também para busca por soluções.

A coleta de dados secundários, que se refere a toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, foi realizada com o objetivo de sistematizar e caracterizar as ações públicas recentes voltadas à agricultura familiar, contrapondo princípios e propósitos com mecanismos adotados e resultados obtidos. A análise dos dados secundários oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente, tendo por objetivo permitir ao cientista reforço paralelo na análise de suas pesquisas (MARKONI e LAKATOS, 2003). Neste trabalho o levantamento de dados secundários foi realizado utilizando algumas bases de dados, dentre elas *Scopus*, *Web of Science*, Portal de Periódico Capes e SCIELO, além de livros, sites e documentos impressos. Para sistematização utilizou-se o *software EndNote*, que permite organização de arquivos e o armazenamento dos arquivos em pdf.

Como forma de responder à pergunta desta pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa e a concepção de Chizzotti. O termo qualitativo implica em uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem o local da pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Assim, o autor interpreta e traduz em textos, com perspicácia e competência científicas, os significados ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003).

Foram utilizados dados do Projeto de extensão Cultivando Autonomia, do ano de 2011. Este projeto tinha vínculo com a Universidade Federal da

Paraíba, através dele construiu-se um Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, realizando entrevistas com todas as famílias da comunidade, abordando temas como escolaridade, fontes de renda, aspectos da produção agropecuária e infraestrutura. Estes dados possibilitaram conhecer mais sobre a vida dos agricultores e dificuldades encontradas para a realização da agricultura. Além disso, os dados guiaram a escolha dos agricultores a serem entrevistados, com o foco principal no acesso às políticas públicas e arranjos produtivos utilizados. Foram realizadas entrevistas com 9 agricultores da comunidade Senhor do Bonfim e com um técnico da EMATER.

As entrevistas foram semiestruturadas, com a intenção de levantar dados sobre: 1 - Histórico da família; clima, relevo, solo, fauna e flora; 2 - Uso dos recursos naturais; dados da família (quem mora na casa, quem trabalha na roça, que tipo de trabalho cada membro realiza); 3 - Técnicas e manejos agropecuários recebido dos antepassados e como receberam; 4 - Possíveis mudanças nos sistemas de produção; 5 - Dinâmica de trabalho em conjunto; 6 - Situação da produção atual, as culturas, as quantidades produzidas, origem da escolha de cada atividade, sementes e animais; 7 - Escoamento; 8 - Auxílio governamental (políticas públicas apropriadas pelo agricultor). As entrevistas foram gravadas com gravador portátil e transcritas para facilitar a compreensão e sistematização dos dados coletados. A realização de entrevistas é caracterizada por Garcia Filho (1999) e Gil (2008), como um procedimento de coleta de dados que se justifica pela vantagem de obter maiores informações sobre o objeto de estudo e, sobretudo facilitar a compreensão de atitudes através da observação e interação com as pessoas.

A observação participante, com o uso de cadernetas de campo, foi ferramenta fundamental para a compreensão dos processos desenvolvidos na comunidade, acredita-se que o convívio diário com o agricultor facilitou o diálogo e percepções do pesquisador. Tal método é também chamado de etnografia, pesquisa social, observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa analítica, pesquisa hermenêutica:

Genericamente, o termo “ethnos” provém do grego e denota um povo, uma raça ou grupo cultural. Quando combinado com “graphic”, o significado faz referência à disciplina conhecida como Antropologia

descritiva – o que equivale a dizer que é a ciência devotada a descrever as formas de viver das pessoas. O uso original da palavra “etnografia” provém do campo da Antropologia, quando os estudiosos começaram a pesquisar os estilos de vida das pessoas, em diferentes lugares do mundo (ELSEN e MONTICELLI, 2013).

A etnografia estuda os padrões previsíveis do pensamento e comportamento humanos manifestos em sua rotina diária; estuda ainda os fatos e/ou eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos.

Além disso, foram utilizadas metodologias participativas baseadas nas ferramentas propostas por Verdejo (2006). Para Thiollent (2000), o uso das metodologias participativas permitem a construção e implementação das ações pensadas conjuntamente. Através destas metodologias, pode-se obter conhecimentos mais efetivos acerca da realidade enfocada, bem como uma maior eficiência na identificação dos problemas e suas possíveis soluções. As entrevistas e ferramentas participativas utilizadas estão expostas na Tabela 2.

Tabela 2 Agricultores entrevistados e ferramentas participativas

Entrevistas	Ferramenta Participativa	Critério da Escolha
Agricultor 1	Caminhada Transversal	Sorteio
Agricultor 2	Calendário Agrícola	Sorteio
Agricultor 3	Calendário Agrícola	Sorteio
Agricultor 4	Caminhada Transversal	Sorteio
Agricultor 5	Mapa da Propriedade	Sorteio
Agricultor 6	Mapa da Propriedade	Sorteio
Agricultor 7	Linha do Tempo	Mais velhos
Agricultor 8	-	Ligado à atividade específica
Agricultor 9	Linha do Tempo	Mais velhos
Técnico da EMATER	-	-

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Foram construídos: 1 - Um mapa de fluxos econômicos em conjunto com os agricultores em reunião da Associação Senhor do Bonfim, onde foram expostas todas as transações econômicas presentes na comunidade; 2 - Uma linha do tempo com os agricultores 9 e 7, onde foi criada uma linha histórica evolutiva dos fatos mais marcantes da comunidade ao longo do tempo; 3 - Calendário agrícola com os agricultores 2 e 3, para compreensão geral das

atividades agropecuárias dos agricultores e compreensão de suas estratégias;

4 - Diagrama de Venn, construído também durante reunião da Associação, para compreender as relações entre a comunidade e diversas instituições com a qual se relacionam. Além disso, foi utilizada a Caminhada Transversal com os agricultores 1 e 4, que facilitou a compreensão espacial da propriedade.

3 ROÇADO, SÍTIO E COMUNIDADE SENHOR DO BONFIM

No capítulo 2, apresentamos a produção da comunidade Senhor do Bonfim. De forma holística foram descritos os fatores produtivos e tudo que se relaciona com a produção agropecuária. Com o desenvolver desta descrição foram externalizados dados da comunidade, que deram maior suporte para compreensão da produção em escala comunitária. Inicialmente o histórico da comunidade, a evolução da produção agrícola, e todo o contexto que envolve essa produção.

3.1 Linha do Tempo

Era um sofrimento medonho, aí depois que a gente conseguiu a terra, nós trabalhamos muito, batendo tijolo pra fazer a sede, pra fazer uma casa de farinha, hoje em dia nós somos ricos, nós somos livres (Agricultora 9, 2013).

O histórico da comunidade, que contextualiza o modo de vida dessa população e elucida como a comunidade conquistou a posse de seu território pode ser visualizado pela figura 2, construído com a agricultora 9.

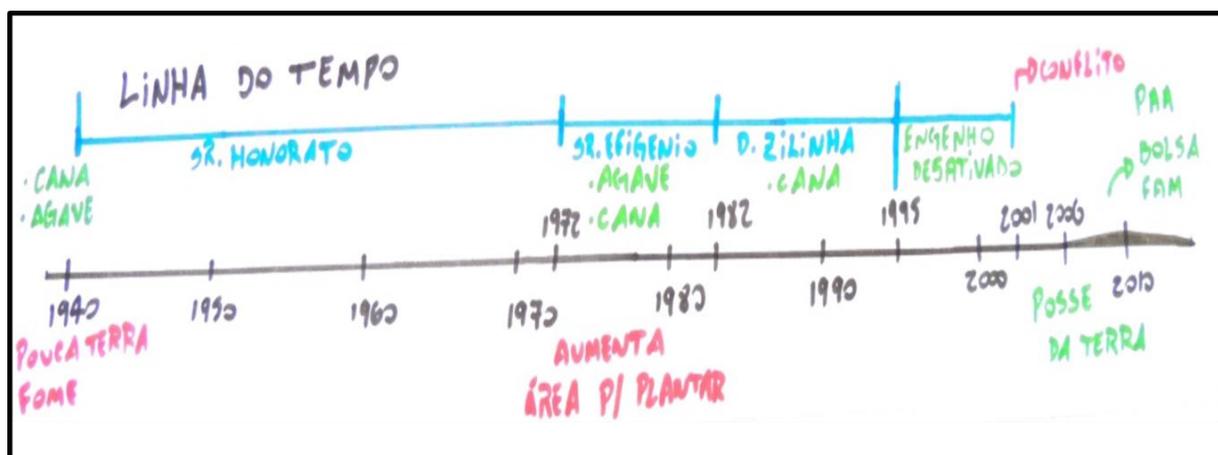


Figura 2 Linha do Tempo da Comunidade Senhor do Bonfim
Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

De acordo com o relato da agricultora 9, os moradores da comunidade Senhor do Bonfim mantinham uma relação de trabalho configurada como morador de condição ou sujeição, onde os agricultores cediam ao dono, muitas

horas de trabalho e em troca podiam cultivar seus roçados e morar em um pequeno espaço de terra.

1940 até 1982 – Os moradores da comunidade trabalham a maior parte do tempo nas atividades de cana de açúcar, e agave. São atividades extremamente duras e demandam um grande esforço físico.

Eu mesmo trabalhava em motor de agave né? puxando agave em motor, trabalhei muito nesses altos puxando motor pra lá e pra cá, se arriscando... aí foi pra plantar cana e haja serviço, ganhando pouco, findou eu não podendo mais trabalhar por conta da coluna (Agricultor 7, 2013).

Nesse período os agricultores tinham muito pouco espaço para plantar, além disso, passavam tantas horas a serviço do patrão que mal podiam se dedicar a seus próprios cultivos, aos roçados se responsabilizavam as crianças e mulheres.

Era muito pequeno, tinha 1 hectare de terra com 8 pessoas trabalhando. Umás 50 covas de bananeira, 3 pés de laranja, uns 4 pés de jabuticaba, uns 8 pés de abacate, tudo dentro de uma área só, ao redor disso fazia plantio de macaxeira, milho e feijão, era um cultivo pequeno. Nesse tempo meu pai trabalhava no engenho, ele pegava de três da manhã e ia até 8 da noite, tirava direto, o salário era pouco, chegava no final de semana e comprava 2 sacos de feijão, um 1 kg de peixe, açúcar e um sabão, era tudo comprado na mercearia que era do gerente, todo o recurso que ganhava ia pra lá. Todo mundo endividava, tinha muitos que plantavam e colhiam um saco de feijão ou milho e ficava tudo lá, pagava com o cultivo, quem não pagava com cultivo pagava com um porco ou galinha. Comprar uma roupa? Não existia isso não, o pessoal andava e trabalhava todo remendado por que não tinha condição de comprar uma calça, uma camisa (Agricultor 4, 2013).

A vida aqui era muito difícil, meu marido passava o dia todinho cevando cana, chegou um dia aqui com os olhos furados que furou com cana, chegou e perguntou o que tinha pra comer e eu disse que não tinha nada, ainda fiz um pouco de chá pra ver se ele conseguia dormir. De noite a gente acordava com aquele ocão no estômago, eu ainda colocava um copo de água com um pouco de açúcar pra ver se matava um pouco a fome (Agricultora 9, 2013).

Tabela 3 Evolução histórica da comunidade Senhor do Bonfim

Período	Dono da Fazenda	Produção Fazenda	Situação da Produção dos Agricultores	Apoio de Entidades	Situação Socioeconômica dos Agricultores
1940	SR. HONORATO	PRODUÇÃO DE AGAVE E CANA DE AÇÚCAR	POUCA TERRA PARA ROÇADO, ESQUEMA DE MEIA ³ , PLANTAVA BASICAMENTE MANDIOCA, FEIJÃO GUANDU, CRIAVA GALINHA E BOI, ÁREA INCLINADA.	NÃO POSSUÍA	SUJEIÇÃO ⁴ , FOME, ENDIVIDAMENTO, SEM ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO.
1972	SR. EFIGÊNIO	PRODUÇÃO DE AGAVE E CANA DE AÇÚCAR	AUMENTA ÁREA PARA PLANTAR, ÁREA INCLINADA, TERMINA ESQUEMA DE MEIA.	NÃO POSSUÍA	SUJEIÇÃO, PASSA MENOS FOME, ENDIVIDAMENTO, SEM ACESSO A SAÚDE E EDUCAÇÃO.
1982	D. ZILINHA	PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR COMEÇA A CAIR, CRIA GADO.	AUMENTA ÁREA PARA PRODUZIR ROÇADO, ÁREA INCLINADA.	NÃO POSSUÍA	SUJEIÇÃO, POUCO ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO.
1985	D. ZILINHA	ENGENHO DESATIVADO, ARRENDOU AS TERRAS	AUMENTA ÁREA PARA PRODUZIR ROÇADO, ÁREA INCLINADA.	NÃO POSSUÍA	SUJEIÇÃO, PRESTA SERVIÇOS FORA DA COMUNIDADE, POUCO ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO.
2001	SR. GIOVANE, INICIO DO CONFLITO PELA POSSE DAS TERRAS.	VENDA DAS TERRAS, SEM PRODUÇÃO.	AGRICULTORES DO BONFIM PRODUZEM SOB AMEAÇA, O RESULTADO DE SUA PRODUÇÃO É DESTRUÍDO OU TOMADO PELO GERENTE.	INICIA CONTATO COM AACADE e CPT	SUJEIÇÃO, PRESTAM SERVIÇOS FORA DA COMUNIDADE, POUCO ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO, VIVEM SOB AMEAÇA DE SEREM EXPULSOS DA ÁREA.
2006	COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM	ÁREA DIVIDIDA ENTRE OS MORADORES	PASSAM A PRODUZIR LARANJA, BANANA, HORTA, GALINHA CAIPIRA, ALÉM DO TRADICIONAL ROÇADO (MACAXEIRA, FEIJÃO E MILHO).	AACADE, EMATER, PAA e PNAE, BOLSA FAMÍLIA.	PRODUZEM LIVREMENTE, EXPANDEM SUA PRODUÇÃO, ACESSAM POLÍTICAS PÚBLICAS, INICIAM COMÉRCIO DA PRODUÇÃO, MAIOR ACESSO À EDUCAÇÃO E SAÚDE, AUMENTO NA RENDA.
2010 à 2013	COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM	ÁREA DIVIDIDA ENTRE OS MORADORES	PASSAM A PRODUZIR LARANJA, BANANA, HORTA, GALINHA CAIPIRA, INICIA-SE A PRODUÇÃO DE BOLOS E DOCES, ALÉM DO TRADICIONAL ROÇADO (MACAXEIRA, FEIJÃO E MILHO).	AACADE, EMATER, PAA e PNAE, BOLSA FAMÍLIA, PRONAF, PROJETO COOPERAR, UFPB.	PRODUZEM LIVREMENTE, EXPANDEM SUA PRODUÇÃO, ACESSAM POLÍTICAS PÚBLICAS, INICIAM COMÉRCIO DA PRODUÇÃO, MAIOR ACESSO À EDUCAÇÃO E SAÚDE, AUMENTO NA RENDA.

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

³ Esquema de Meia: os donos da terra cediam uma certa quantidade de terra para um trabalhador e cobrava metade de tudo que era produzido por ele.

⁴ Sujeição: Obrigação de trabalhar uma dada quantidade de horas para os donos da terra, em troca tinham um pequeno espaço para morar e para produzir.

Os agricultores se recordam dos plantios de feijão guandú, que os salvavam da fome, das poucas galinhas que criavam para consumir os ovos e dos acordos que faziam com o dono da fazenda para criar boi “pelo lucro”. O proprietário cedia um garrote ao agricultor, que por sua vez se dedicava na criação desse animal, quando o boi estava em ponto de abate o dono da fazenda ficava com 50% ou 60% do lucro e deixava o resto com o agricultor. Desse modo, era também negociado o “esquema de meia” onde o agricultor poderia cultivar certo espaço e cederia a maior parte de sua produção ao proprietário da fazenda. Os espaços mais produtivos eram destinados à produção de cana de açúcar e/ou agave e restava para os agricultores, normalmente, os morros altos, de difícil manejo.

Meu pai trabalhou muito aqui... nós tudo pobre trabalhava muito, mas não dava conta, tudo era morrendo de fome, isso era mais ou menos em 1944, aí trabalhava toda família, a gente plantava guandu pra escapar da fome (Agricultora 9, 2013).

1982 até 2001 – Nesse período, o espaço para produzir é maior e a proprietária das terras é lembrada pelos agricultores de forma positiva, por realizar novenas e festas religiosas. A imagem se torna negativa para o gerente da fazenda, que organizava a produção, pagava os trabalhadores e também os punia. Em meados de 1985, o engenho foi desativado por que não dava lucro e a dona das terras arrendou boa parte de sua propriedade. Os moradores do Bonfim passaram a complementar sua renda com serviços prestados dentro e fora da comunidade e permaneciam sem acesso a saúde e educação.

2001 até 2006 – A partir de 2001 os agricultores do Bonfim iniciaram o conflito pela posse das terras, com a morte da proprietária os herdeiros negociaram a venda da propriedade e ofereceram apenas 1 ha para cada morador sem acesso à água. Tendo em vista o pouco espaço para produzir, os agricultores não aceitam e passaram a receber ameaças e pressões por parte dos proprietários.

Quando foi pra D. Zilinha morrer, antes ainda, o gerente vinha perguntar o que ia ser de nós quando ela morresse, ele dizia que ia tocar a gente tudo pra fora daqui, aí ele ficou só esperando a mulher morrer, quando ela morreu vieram partir a terra, os donos novos quiseram dar um pedacinho de terra pra gente... aí o mais corajoso que teve foi meu marido, ele enfrentou, disse que não ia sair nem queria só um 1ha de terra. Aí danaram nós na justiça e nós fomos buscar nossos direitos (Agricultora 9, 2013).

Segundo o laudo antropológico preparado por Fortes (2007), em um dos momentos mais críticos do conflito, os funcionários dos proprietários em um único dia destruíram as roças de um dos moradores com um trator, e derrubaram uma casa que estava sendo construída para a filha de uma das agricultoras da comunidade. Os relatos mostram a violência do conflito e com escolaridade precária, os moradores da comunidade quase cederam às ameaças. Neste mesmo período, receberam auxílio da CPT - Comissão Pastoral da Terra, e foram em busca de seus direitos através do reconhecimento como remanescentes quilombolas, direitos previstos pelo Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003).

2006 até 2013 – Após a conquista da posse das terras a comunidade passou a planejar livremente sua produção, o espaço foi dividido de forma igualitária com uma média de 6ha para cada família. A comunidade conta com cultivos diversificados como a produção de citros, bananeiras e olerícolas. As criações aumentaram e se tornaram autônomas onde cada morador é dono dos seus próprios animais. O resultado da produção é consumido pela própria comunidade e também comercializado. Os moradores do Bonfim passaram a desenvolver sua própria agricultura e acessar políticas públicas, junto com o acesso à saúde e educação.

É uma diferença grande porque hoje eu planto uma base de 5 vezes mais do era antes, de pai, aí tenho na faixa de 1,5ha de bananeira, 1ha de laranja, 1ha de roça (macaxeira, milho e feijão) e tenho ainda um pedaço separado que é de reserva, que é a área de pousio... tem a horta e também uma criação de galinha, num galpãozinho que eu tenho, e tenho as frutas que estão espalhadas pela área também, abacate, caju e manga (Agricultor 4, 2013).

Os agricultores passaram da situação de moradores de condição para proprietários, e cuja produção mudou drasticamente. Passaram a tentar novas atividades, que foi marcada pela ajuda e influência direta de ações governamentais, de ONG'S e da Universidade Federal da Paraíba.

3.2 Produção agrícola

Nesta parte do trabalho abordamos o aspecto da produção agropecuária da comunidade Senhor do Bonfim, levantando dados sobre: organização da família e mão de obra empregada; área de produção dos agricultores, recursos

naturais e aspectos sobre a criação de animais; calendário agrícola e contexto produtivo desses agricultores; comercialização da produção. Estas informações servirão de base para contextualização de sua produção e das escolhas desses agricultores em relação aos manejos adotados. Para tanto serão expostos dados individuais e comunitários.

A constatação sociológica que somos obrigados a tirar do nosso conhecimento atual do mundo social é que o indivíduo é multissocializado e demasiado multideterminado para que possa estar consciente dos seus determinismos. Deste ponto de vista, é (socio)lógico ver os indivíduos resistir tanto à ideia de um determinismo social. É porque tem grandes hipóteses de ser plural e porque se exercem sobre ele “forças” diferentes dependendo das situações sociais nas quais se encontra, que o indivíduo pode ter o sentimento de uma liberdade de comportamento (LAHIRE, 2005).

A reflexão de Lahire, acima, nos conduziu para expor e discutir a produção individual dos agricultores em com detalhamento para nos proporcionar a oportunidade de conhecer o *habitus* do agricultor, de modo a compreender o conhecimento tradicional na prática.

Habitus é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Quando necessário utilizaremos dados da comunidade para analisar e discutir as dinâmicas produtivas do grupo social de agricultores remanescentes quilombolas da comunidade Senhor do Bonfim.

3.2.1 Organização da família e mão de obra

O agricultor 4 mora com sua família em uma casa de tijolos, com piso de cimento, cobertas com telhas de cerâmica, não possui água encanada e utiliza fossa sanitária para esgotar as águas servidas. Ao lado da casa uma horta, no fundo uma área de roçado e do outro lado da casa encontra-se um pequeno galpão com galinhas caipiras, ao redor da casa é possível identificar várias frutíferas como mangueiras, cajueiros e jaqueiras. Na casa moram o agricultor, sua esposa e 3 filhos em idade escolar.

As atividades produtivas estão divididas entre os membros da família, onde o agricultor executa as atividades mais pesadas como, roçar o mato e preparar o solo para o plantio. A esposa auxilia na colheita e em outros tratamentos culturais mais leves, os filhos auxiliam na produção de aves, e algumas vezes acompanham o pai e a mãe na atividade do roçado, todos estão em idade escolar, portanto não ajudam os pais com frequência nas atividades agrícolas.

Em geral é assim que funciona a divisão de trabalho na comunidade, todos os agricultores entrevistados relataram o mesmo modo de dividir o trabalho que é essencialmente familiar e direcionado para o bem estar da família.

Nessa comunidade, é possível identificar traços de um modo de vida camponês, com a lógica de produção ligada a costumes e valores que diferem da relação de produção da agricultura capitalista. Para Fortes (2007), o conhecimento sobre a agricultura nessa comunidade é passado de pai para filho desde cedo. Não é só isso que se passa de pai para filho, segundo o agricultor 6, ao constituírem uma nova família, os agricultores levam sementes de feijão, milho, maniva e galinhas, que já haviam na produção de seus pais, para dar início a sua própria produção. Isso nos indica preservação genética dessas espécies. Essa genética foi selecionada ao longo do tempo pelos agricultores e provavelmente apresenta viabilidade e produtividade mais adequada ao modo de produção dessa comunidade e no ambiente onde se encontram.

Apesar da mão de obra empregada na atividade agropecuária nessa comunidade ser predominantemente familiar, todos os agricultores relataram que contratam mão de obra extra quando necessário. Essa mão de obra pode ser contratada na própria comunidade, onde os agricultores trocam dias de trabalho, por isso é chamado entre os agricultores de mutirão. Outra forma de pagamento da mão de obra extra é pelo pagamento de diárias, que tanto pode ser de membros da própria comunidade como de pessoas de fora, já que o pagamento é feito em dinheiro.

A gente trabalha em mutirão, mas é muito pouco, no começo era todo dia, hoje enfraqueceu, a organização foi diminuindo, todo dia tinha mutirão, um dia na terra de um... outro dia na terra de outro... Hoje eu preciso de uma pessoa

trabalhando comigo, sempre tem alguém, pra limpar o mato e pra colher a laranja. Dependendo do tanto de trabalho gasta muito dinheiro, eu nunca faço as contas não (Agricultor 5, 2013).

O relato acima demonstra que o esquema de mutirão era mais utilizado do que hoje em dia, como forma de suprir a mão de obra necessária para a produção, porém, houve enfraquecimento dessa modalidade coletiva: “não dá certo não, porque uns trabalham mais do que os outros, sendo assim eu prefiro contratar a diária” (Agricultor 5). Outro fator que parece relevante na contratação de mão de obra externa é a expansão das áreas produzidas e o volume de trabalho com suas próprias áreas. Por isso não têm tempo de participar de trabalho coletivo e apresentam a contratação de mão de obra como fator produtivo bastante oneroso.

Gasto bastante com mão de obra, 30% do lucro mais ou menos vai só de mão de obra, eu gosto de contratar mais pra limpa, quando vem o período da chuva nós contrata muita mão de obra, porque não pode perder o tempo da chuva, pra avançar o plantio a gente contrata trabalhador (Agricultor 4, 2013).

A mão de obra representa um alto custo de produção para estes agricultores, que é refletida no valor final da produção e nem sempre os eles se dão conta desse alto custo.

Como exemplo apresentamos a tabela 4, com as quantias empregadas pelo agricultor 4, destacando os gastos com mão de obra contratada, que representam mais de 60% de todas as despesas para a produção no ano de 2010. Quando questionado sobre a contratação de mão de obra, o agricultor 4 comenta que é utilizada principalmente para a adubação, que é realizada pela biomassa vegetal incorporada ao solo depois da limpeza do terreno, como será visto mais adiante.

Tabela 4 Custos de produção em reais (\$) do agricultor 4 em 2010

Produção	Despesas em geral	Despesa com mão de obra	Receita	Lucro
Horta	1.688,00	1.920,00	7.248,00	3.640,00
Banana	350,00	100,00	936,00	486,00
Laranja	1.500,00	1.100,00	-	-
Macaxeira	-	1.500,00	3.990,00	2.490,00
Feijão	80,00	-	440,00	360,00
Papelaria	480,00			
TOTAL	4.098,00	4.620,00	12.614,00	6.976,00

Fonte: Yogi et al, pesquisa de campo, 2011

Assim, fica claro que apesar de serem estimulados a aumentar sua produção, os agricultores da comunidade Senhor do Bonfim crescem de maneira um pouco desordenada, suas atividades são realizadas muitas vezes sem nenhum cálculo sobre o custo de produção, o alto gasto com mão de obra demonstra isso. A falta de estratégias para minimizar o trabalho e a conseqüentemente contratação de mão de obra denota a carência de assistência técnica. Poderiam ser empregados, por exemplo, Sistemas Agroflorestais ou uso de Adubação Verde para diminuir os gastos com mão de obra externa. Este gasto excessivo parece ser um dos gargalos da produção da comunidade Senhor do Bonfim.

3.2.2. Agricultura, Criação de Animais e Manejo dos Recursos Naturais



Figura 3 Desenho da propriedade do agricultor 6
Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

As áreas de produção na comunidade seguem o mesmo padrão do agricultor 6. Na figura 3, o agricultor representou as áreas de produção que estão divididas entre: bananal, laranjal, área de roçado (macaxeira, feijão e milho) e áreas destinadas à criação de galinha, boi ou ovelhas. O desenho representa bem a área desse agricultor, cada espaço do território é aproveitado, inclusive nas ruas do laranjal e do bananal, onde não há separação espacial de cultivos e sim um máximo aproveitamento de cada espaço.

Quando receberam a posse das terras, os moradores do Bonfim dividiram tudo por igual, ficando cada família com uma média de 6 ha, a divisão ocorreu de forma que cada família pudesse contar com uma parte com relevo mais inclinado figura 4, e outra parte de baixada (relevo plano). A comunidade situa-se na microrregião do brejo paraibano, caracterizado como Brejo de

Altitude por Andrade Lima (1982), a área não apresenta um bom potencial para uso agropecuário intensivo. Além da pouca profundidade e da elevada pedregosidade do solo, o relevo acidentado dessas regiões tornam elevado o risco de erosão nestas áreas. Os aspectos mais favoráveis ao uso das terras estão relacionados com a alta quantidade de matéria orgânica presente na camada superficial dos solos e, principalmente, com a maior disponibilidade de umidade atmosférica, favorecida pela altitude elevada. Apesar das limitações ambientais referidas, nas regiões de brejo ocorrem pequenas áreas com relevos mais favoráveis, porque possuem solos profundos, não pedregosos e com relevo plano, mostrando, portanto, um bom potencial para uso com agropecuária (RODRIGUES et al, 2008).

Para o agricultor 4, a maior dificuldade encontrada para a agricultura é a questão do relevo.

O solo inclinado é mais difícil porque é muito alto, não tem como a gente fazer um manejo mais facilitado. Já percebi queda na produção na plantação de feijão quando planto no alto, tem uma diferença grande comparado ao feijão que planto na baixada (Agricultor 4, 2013).

Para estes agricultores, a oportunidade de contar com áreas mais férteis e mais úmidas como são as áreas de baixada é algo novo. No tempo de seus pais essas áreas eram de uso do engenho e as áreas onde podiam produzir eram as áreas de relevo mais inclinado, menos férteis, e de difícil manejo. Este foi o motivo dos agricultores terem o cuidado de dividir as áreas de várzea de forma igualitária.



Figura 3 Produção em relevo inclinado
Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Na comunidade há uma grade valorização das áreas de mata nativa, os agricultores mencionam o uso de graveto e galhos secos para uso no fogão à lenha ou para a construção de estruturas para criação de animais, além do uso medicinal de algumas espécies.

A gente usa somente as galhas de pau seco pra queimar [...]as vezes assim quando a pessoa tá doente vai lá e tira uma casquinha de um pau pra fazer remédio, casca de angico, aroeira, outra que serve pra dor de dente. É na mata onde a gente encontra uma madeira, aí tira, precisa duma lenha, todo mundo aqui não vai comprar gás, num mato desses ninguém vai comprar gás né? Pode ter um bujãozinho em casa pra fazer um chá nas carreira, mas o certo mesmo é queimar lenha. Aí na mata tem lenha, uma madeira pra fazer casa pra um bicho, porque ninguém vai ta comprando madeira serrada cara pra fazer casa pros bichos, eu mesmo tenho minha cocheirinha aí. A mata tem uma utilidade boa aí, pra nós tudinho, porque é de todos e todos podem ir na mata colher quando precisa (Agricultora 1, 2013).

Existe uma consciência do bem comum e de uso coletivo das matas preservadas. Para estes agricultores, a mata sempre foi considerada importante para a sobrevivência da comunidade. Além de prover recursos às atividades agrícolas e de produção animal, onde o acesso ao capital ecológico

por parte desses agricultores aponta para um modo camponês de gerir os recursos naturais.

A mata é tudo, a mata traz vida, sem a mata nós não conseguia sobreviver. Antes nós usava até a pitomba da mata pra sobreviver, hoje não, porque nós cultivamos livremente, mas quando precisava nós vendia pitomba e cajá (Agricultor 4, 2013).

Para o agricultor 4, as matas poderiam ser incluídas nas atividades produtivas no futuro, como por exemplo os sistemas agroflorestais e a criação de abelhas.

Um dos recursos naturais essenciais para atividade agropecuária é a água. O agricultor 4, utiliza como fonte de água uma cacimba, que alimenta uma caixa d'água em sua residência e um sistema simples de irrigação para sua horta. Em ambos, o agricultor faz uso da gravidade.

A situação desse agricultor não reflete a realidade do restante da comunidade. Alguns agricultores, pela situação geográfica de seu sítio, não possuem o benefício da gravidade; em algumas situações fazem barreiros para irrigar de forma manual sua produção, em outros casos possuem cisterna adquirida junto ao programa governamental 1 Milhão de Cisternas, articulados pela ASA e AS-PTA.

A questão da água na comunidade também é um gargalo para sua produção. Apesar de possuírem em seu território três açudes, os agricultores dessa comunidade ainda não acessam a esse recurso. Nas entrevistas 65% dos agricultores relataram que sentem necessidade de contar com sistema de irrigação e que isso ajudaria no desenvolvimento da atividade agrícola.

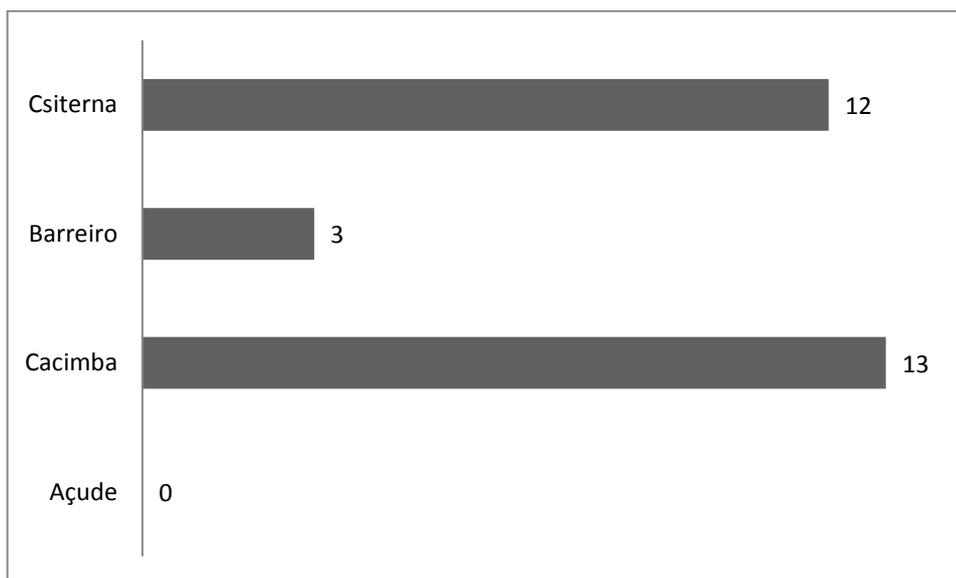


Gráfico 2 Tipos de fontes de água das famílias na comunidade Senhor do Bonfim
 Fonte: Yogi et al, pesquisa de campo, 2011

A comunidade conta com quatro tipos de fontes de água, figura 5 e gráfico 2: cisterna, barreiro, cacimba e açudes. A cacimba e a cisterna são para uso doméstico e o barreiro para atividade agrícola. A água disponível nos açudes ainda não está sendo utilizada pelos agricultores por falta de infraestrutura necessária para bombear a água.

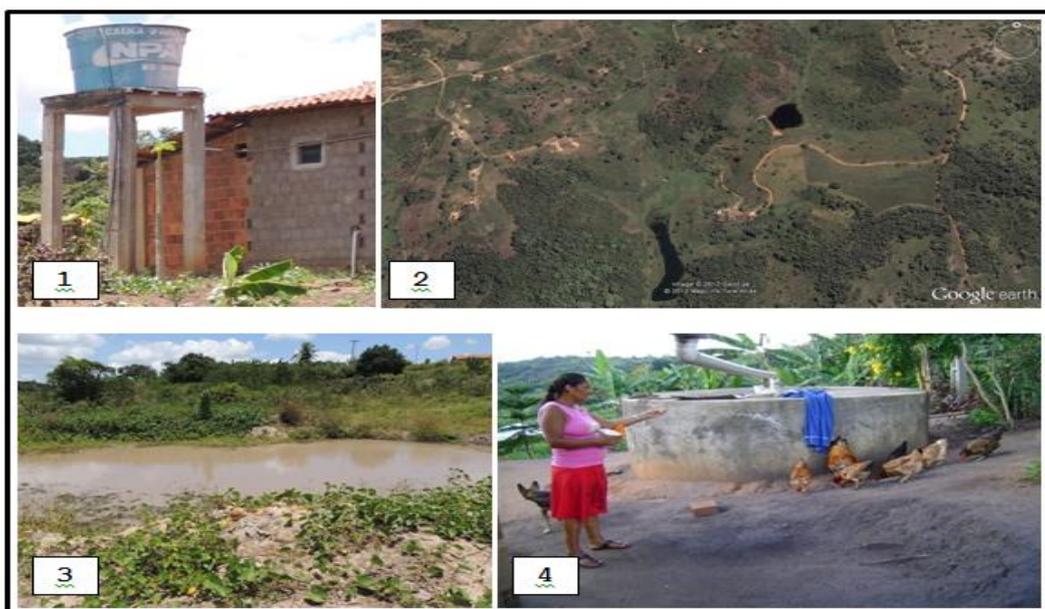


Figura 4 Fontes de água utilizadas pela comunidade Senhor do Bonfim
 Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013. 1 – Caixa d'água, 2 – Vista aérea dos açudes, 3 – Barreiro, 4 – Cisterna

No caso do agricultor 4, a produção é de: bananeiras, citros, produção de varias espécies de olerícolas, roçado com feijão, milho e macaxeira consorciados, colheita de frutos de época (manga, caju, abacate, jabuticaba, jaca, goiaba, cajá, pitomba) Tabela 5 e a criação de corte de galinha caipira.

Tabela 5 Produção vegetal do agricultor 4

Cultivo	Adubação	Manejo do solo	Sementes	Pousio	Queimada
Bananeira	Biomassa vegetal e esterco	Plantio e limpeza	Reprodução vegetativa	não	não
Laranjeira	Biomassa vegetal e esterco	Plantio e limpeza	Compra e produz (mudas)	não	não
Olerícolas (horta)	Esterco	Preparo constante do solo	Compra	não	não
Roçado (feijão, macaxeira e milho)	Biomassa vegetal	Brocar o mato, preparar leiras ou covas e limpeza	Banco de sementes e maniva, doação do governo	sim	não
Frutíferas (manga, caju, abacate, jabuticaba, jaca, goiaba, cajá, pitomba)	–	–	–	–	–

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

A produção agropecuária da comunidade Senhor do Bonfim possui dois períodos marcantes, antes de 2006 quando não possuíam espaço e nem autonomia fazer os seus plantios e criações. Nesse período a atividade agropecuária foi marcada pelos roçados em sistema de plantio (milho, feijão e macaxeira), colheita de frutos de época, criação de galinha para consumo e criação de boi “pelo lucro”. O período pós 2006 foi marcado pela introdução de algumas atividades como a produção de citros, de banana, de olerícolas (horta) e da criação de galinha caipira, e em alguns casos a criação de gado de forma autônoma.

Hoje em dia, para grande maioria dos agricultores, as bananeiras são plantadas em terreno com inclinação elevada, onde o manejo dos solos é simples, baseado no preparo do solo e adubação com esterco. A reprodução é por meio de material vegetativo, não necessitando de semente ou aquisição de mudas. Para estes agricultores essa atividade é uma das mais rentáveis.

A bananeira é melhor de trabalhar, o lucro é maior, aqui a gente tira banana o ano todo (Agricultor 3, 2013).

Para o manejo das bananeiras não é utilizado pousio nem queimada devido a sua característica produtiva, desse modo o bananal pode ser renovado quando a produção cai, ou expandido quando o agricultor julga ser viável. Os agricultores realizam manutenção com limpeza das ruas e adubação com esterco curtido. É importante ressaltar que o manejo dos solos não é adequado, uma vez que a maior parte do plantio de bananeiras está implantada em áreas muito declivosas, assim há pouca ou nenhuma medida para evitar a erosão do solo.

O manejo dos solos para a produção de citros é semelhante ao da produção de bananas, com diferença de que no início os agricultores adquiriam as mudas de laranjeira, hoje quando pretendem expandir a produção, fazem as próprias mudas, evitando mais um custo de produção. A adubação é realizada com esterco bovino curtido e biomassa vegetal, as principais atividades realizadas ao longo do ano são a limpeza das ruas e a colheita dos frutos. Por ser “planta de raiz” não existe pousio nem queimadas e seguem a mesma lógica da produção de bananas. Os citros também são produzidos em terreno com relevo inclinado, com poucos recursos para evitar erosão.

A horta é realizada em relevo plano, frequentemente adubado com esterco bovino curtido e sistematicamente preparada em forma de canteiros para a produção. Por serem culturas de ciclo curto, o retorno é mais rápido, porém demanda preparo do solo e plantio constantes. As sementes não são produzidas na comunidade, são adquiridas no comércio local, a cada ciclo produtivo. Os produtos da horta são comercializados através do Programa de Aquisição de Alimentos, segundo os agricultores estes são os produtos mais

demandados pelo programa de venda direta. Apesar disso, poucos agricultores, apenas 3, estão inseridos nessa atividade produtiva.

O roçado é como os agricultores chamam o cultivo em sistema de plantio, de feijão, milho e macaxeira. Esse esquema de cultivo é chamado de sequeiro, pois seu ciclo de produção depende exclusivamente das chuvas, porque não há qualquer tipo de irrigação, é tradicionalmente desempenhado por agricultores nordestinos e no caso da comunidade Senhor do Bonfim é a base da sua alimentação.

É um negocio grande... fazer a limpa, depois vem a cavagem, a viragem da terra... aí planta a maniva, depois que a maniva tá grande com mais ou menos um mês tem que passar outra limpa, com 2 meses outra limpa de novo e mais 3 meses pra frente outra limpa. O feijão e o milho nós costuma plantar junto com a maniva, faz as covinhas e planta feijão no final da cova, ao lado da macaxeira, associado. De três em três leirões nós planta o milho. Então nós deixa um espaço de mais ou menos 80 cm e bota só a cova do milho (Agricultor 4, 2013).

Como é a atividade mais antiga na comunidade, também podemos afirmar que é o manejo mais tradicional na comunidade, cujos relatos revelam que esta atividade foi ensinada pelo pai ou pela mãe.

A primeira tarefa do roçado é a de “brocar o mato”, uma capoeira mais grossa, pois os roçados são desenvolvidos em áreas de pousio. Nenhum agricultor relatou o uso de esterco, desse modo, a própria biomassa vegetal é a forma de adubar essas culturas agrícolas, com a degradação e incorporação da matéria orgânica diretamente no solo.

É só o mato mesmo, dificilmente a gente usa esterco, a gente gosta de usar esterco só quando vai fazer um plantio separado, por exemplo, o milho, quando é só pra milho a gente usa o esterco, pra macaxeira não é muito legal não, ela não engrossa, ela carrega muito nas folhas, mas fica muito fina, fica a parte de cima bem bonita e em baixo nada (Agricultor 4, 2013).

O consórcio de mandioca com feijão é uma das práticas mais importantes, não apenas pelo aspecto social que exerce, como também pela sua relevância econômica e contribuição no aporte em matéria orgânica e nitrogênio ao solo (DEVIDE et al., 2009). O raciocínio para o cultivo de milho é o mesmo. O sistema entre leguminosas e gramíneas é importante para balancear a relação carbono x nitrogênio e proporcionar ao solo alto teor de matéria orgânica para as culturas agrícolas. As leguminosas imobilizam em

seus tecidos o nitrogênio da fixação biológica feita pelo rizóbio associado, possuem relação C:N próximo a 20 e taxa de decomposição rápida, ao passo que as gramíneas se decompõem mais lentamente, dado o conteúdo de N que em sua fitomassa é menor (ALVARENGA, 2004).

O sistema conhecido como coivara, faz parte de uma agricultura tradicionalmente desenvolvida por quilombolas, indígenas e camponeses.

A agricultura de derrubada e queima, que inclui ciclos de cultivo e pousio da vegetação secundária, é um dos principais sistemas de uso da terra na Amazônia brasileira. A vegetação secundária de floresta tropical, denominada de capoeira, desempenha papel-chave para a manutenção desse sistema, pois é durante o período de pousio que o sistema acumula biomassa e nutrientes para atender à demanda nutricional das culturas agrícolas (VASCONCELOS, 2012, p. 1142).

A coivara foi caracterizada por Altieri (1989), como um sistema de plantio itinerante em que, as áreas cultivadas são submetidas ao pousio por um período maior do que o de plantio e a palhada seca é queimada. Este processo além de eliminar as plantas espontâneas, em curto prazo reduz a acidez do solo e disponibiliza através das cinzas os nutrientes necessários para as culturas de interesse (SCHMIDT, 2003).

A coivara desses agricultores possui algumas particularidades. No passado, a área de produção dos agricultores era limitada, porém o pousio era realizado de certa forma.

No tempo de meu pai ele não plantava essas coisas que nós temos hoje aí, planta de raiz aqui ninguém aceitava, bananeira e laranjeira ninguém podia plantar, só podia plantar coisas que arranca, porque quando o patrão mandava a gente sair de onde a gente estava, aí nós tinha que ir pra outra área, desmatar pra poder plantar tudo de novo, a área que ficou pra trás ele já mandava plantar cana.” (Agricultor 1, 2013).

O relato nos revela que os agricultores do Bonfim nem sempre cultivavam o mesmo espaço, dependia do gerente ou do dono da fazenda, a escolha desses espaços, servindo como estratégia para limpeza e preparo do solo para posterior plantio de cana. Uma peculiaridade a respeito da forma como produzem o roçado é que estes agricultores já não fazem uso de queimadas, ao invés disso a biomassa vegetal é deixada como cobertura, protegendo o solo contra erosão e colaborando para o aporte de matéria orgânica figura 6.

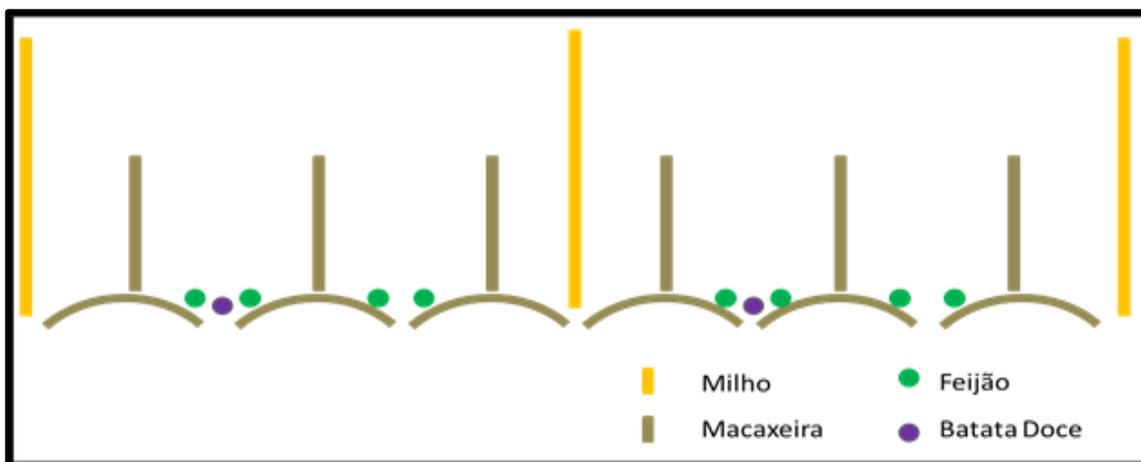


Figura 5 Arranjo produtivo do roçado dos agricultores
 Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Não, eu não gosto de queimar não, porque acaba com terra, estraga a terra. Antes aqui o pessoal limpava e queimava o mato, aí depois quando começou a participar de reunião essas coisas, aí parou. Quando tinha um mato mais grosso aí queimava pra não “embuluar”, aí depois passava cavando a terra (Agricultor 5, 2013).

Essas atitudes se devem a influência dos técnicos da Associação de Apoio às Comunidades Quilombolas da Paraíba (AACADE) e EMATER, que orientaram os agricultores a adotarem outra estratégia para o manejo da capoeira.

Segundo a compreensão de Silva (2008), no interior de São Paulo, no século XVI, o contato com os bandeirantes, os negros e os indígenas, marcaram uma mescla de culturas que influenciou diretamente a agricultura. Em Areia-PB, região marcada pela produção de cana de açúcar e uso intensivo de mão de obra escrava, não foi diferente. Para Almeida (1980), o “cabra de engenho” responsável pela mão de obra da atividade canavieira pós-escravidão, resultou da mestiçagem do negro, do tapuia (índigena) e do branco.

Por isso, vemos a coivara sendo utilizada como estratégia de produção, com a macaxeira e mandioca como as principais culturas a serem exploradas por esses agricultores.

O sistema de produção integrando macaxeira, milho, batata doce e feijão é uma estratégia amplamente utilizada pela a agricultura familiar no nordeste. As vantagens do sistema consorciado são: aumento na produtividade por

unidade de área (MATTOS et al., 2005), proteção vegetativa do solo e supressão das plantas espontâneas (DEVIDE et al., 2009) e redução da incidência de pragas e doenças nas culturas consorciadas, proporcionando, com maior frequência, maior lucro ao pequeno produtor, além de diversificar as fontes de renda (ALVES et al., 2009).

A primeira colheita é o feijão, 67 dias mais ou menos, aí depois vem o milho, 90 dias maduro, se for esperar secar dá 5 meses. A macaxeira são 8 meses, eu colho a macaxeira aos poucos, a macaxeira pode esperar um ano, um ano e meio. É como se você tem uma renda ali, que vai depender da sua necessidade, você vai indo buscar um cacho lá. É a mesma macaxeira, só que eu posso começar a colher ela, dependendo da minha situação financeira, com 8 meses, se eu tiver uma situação financeira legal que dê pra guardar lá como se fosse uma reserva, aí eu posso começar a colher só com um ano e aí ela vai tendo um rendimento maior (Agricultor 4, 2013).

O relato do agricultor 4, demonstra a importância do aproveitamento de espaço, da relação tempo x espaço dessa estratégia produtiva, proporcionando ao agricultor várias colheitas de diferentes produtos ao longo do tempo. Alguns agricultores relatam também utilização de outras culturas nesse sistema de plantio, como exemplo a batata doce e/ou jerimum. Em outros casos, o roçado é cultivado próximo às ruas de bananeiras e laranjeiras, como relatado pela agricultora 1, figura 7.

Eu chamo esse jeito que eu planto de plantio tipo saladado, é assim tudo misturado laranja, caju, manga, milho, feijão macaxeira tudo junto (Agricultora 1, 2013).



Figura 6 Aproveitamento dos espaços na produção
Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

As sementes de milho e feijão são armazenadas de um ano para outro, são as sementes crioulas. As sementes crioulas são também chamadas de “sementes da paixão” na Paraíba, são aquelas conservadas, selecionadas e manejadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais. Essas sementes são altamente adaptadas aos modos produtivos e ao ambiente em que esses agricultores se encontram, possuindo forte relação com a identidade cultural desses povos (PETERSEN et al, 2013).

Nem sempre os agricultores da comunidade conseguem armazenar sementes (milho e feijão) de forma eficiente para o plantio do ano seguinte. A forma rústica de armazenamento promove a perda de sementes, além disso, a irregularidade das chuvas e secas prolongadas prejudicam a produção. Assim, os agricultores precisam de sementes de variedade comerciais, que são cedidas pelo governo, figura 7.

Sempre eles mandam semente de feijão e milho, não mandam todo ano, esse ano eles mandaram, sendo que nós não precisamos, porque nós já tinha[...] mas esse ano nós já tinha muita semente guardada. Quando a seca é muito grande que não dá pra guardar aí nós planta a do governo. As vezes nossas sementes apodrecem ou as vezes dá um besouro ruim nelas. Mesmo assim quando tem que plantar das duas nós separa, porque a semente do governo não é boa que nem a da gente, a da gente é da nossa terra e essa do governo ninguém sabe de onde vem. A semente do governo não dá boa que nem a da gente aqui não (Agricultor 5, 2013).



Figura 7 Diferença visual entre milho crioulo (lado esquerdo) e milho híbrido cedido pelo governo (lado direito)

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Com relação à reprodução da macaxeira, os agricultores utilizam as próprias partes vegetativas para o roçado, esse material é repassado de pai para filho ao longo do tempo. “A maniva eu tiro diretamente da planta viva que já tá no campo, nunca falta” (Agricultor 6, 2013).

O esquema de roçados da comunidade Senhor do Bonfim é uma atividade tradicional que, ao longo do tempo, foi aperfeiçoada em um sistema complexo e muito mais vantajoso para o agricultor. As vantagens desse sistema são: aproveitamento de uma mesma área de plantio para diversas culturas, colheitas em diferentes épocas do ano, geração de renda e colaboração para a manutenção de hábitos alimentares dessa população.

As frutíferas também são encontradas ao longo de todo território, onde não há necessidade de comprar sementes, não há preparo ou limpeza do solo, queimada ou pousio. Elas fazem parte da história desses agricultores e são citadas como as plantas que os salvaram da fome em vários momentos. Para o agricultor 7, as frutíferas dão valor a terra, “sem estas frutas a terra não tem valor”.

Antigamente as pitombeiras, as mangueiras, essas coisas... salvaram nós da fome, era o único jeito de tirar algum trocado, hoje em dia no tempo que dá até se estraga pelo chão (Agricultor 7, 2013).

Hoje, com toda a produção em expansão, as frutíferas estão sendo deixadas de lado e são pouco comercializadas, elas são consumidas na própria comunidade e por haver pouco interesse em comercializá-las acabam estragando no chão. A comunidade não tem um plano para comercializar essa produção de forma efetiva, e até agora não foram demandadas pelo PAA ou pelo PNAE.

A criação de animais também está presente na comunidade. A criação de galinha do agricultor 4, é realizada em um pequeno galpão ao lado de sua casa e todos os insumos para a produção de galinha caipira são adquiridos fora da comunidade (aquisição de ração, de pintos e de vacinas). A mão de obra nessa atividade é familiar sem necessidade de contratação de força externa. A produção é comercializada através do PAA e também consumida pelos agricultores.

A situação do agricultor 4, não reflete a realidade geral dos agricultores dessa comunidade. A maioria cria “galinhas de capoeira” no terreiro de casa e não contam com galpões para produção. As criações menores não se utilizam da compra de ração, de pintos ou vacinas, pois são galinhas crioulas, tratadas com alimentação natural e complementada com o milho produzido na própria comunidade. A sua finalidade é o consumo dos ovos e da carne pela própria família.

Como observado ao longo desse capítulo, algumas atividades foram estimuladas pelo PAA e PNAE, sendo as políticas que acompanham esses agricultores desde o início de sua livre produção, assim a criação de galinha

caipira do agricultor (4) não é diferente, essa atividade foi estimulada por esta política pública. Hoje a comunidade está em fase de grandes mudanças, estão sendo construídos três galpões aviários e um abatedouro, atividade que será executada de forma coletiva entre nove famílias que se propuseram a participar da atividade. Essas mudanças dizem respeito a quantidade de galinha caipira produzida e à quantidade de insumos que serão adquiridos por estes agricultores, além disso a lógica produtiva e de comercialização mudará drasticamente o perfil da produção de aves na comunidade.

As criações de bovinos e ovinos funciona como uma poupança para os agricultores, como uma forma de investimento. Quando têm alguma reserva substancial ou quando fazem empréstimo, os agricultores adquirem garrotes ou burregas e os criam até a fase adulta, para depois vender e aumentar a poupança.

3.2.3 Calendário agrícola

A dinâmica produtiva da comunidade Senhor do Bonfim e o calendário agrícola de produção, dependem fortemente do período de chuvas. A tabela 6 apresenta o calendário construído com os agricultores.

Tabela 6 Calendário agrícola da comunidade Senhor do Bonfim

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
limpeza do terreno para roçado, colheita e limpeza do bananal, limpeza do laranjal	limpeza do terreno para roçado (planta feijão macassa), colheita e limpeza do bananal, limpeza do laranjal	inicia plantio de batata doce, colheita e limpeza do bananal, limpeza do laranjal	início das chuvas, plantio de macaxeira e milho, colheita banana, colheita de feijão macassa (verde)	expansão do bananal e laranjal, colheita de banana, plantio de feijão (carioquinha), fava e jerimum, plantio de macaxeira e limpeza do roçado	Diminui colheita de banana, colheita do milho (verde), limpeza de laranjal, bananal e roçado, plantio de feijão (macassa) e milho
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
colheita de feijão(carioquinha) e milho, colheita de batata doce e jerimum	colheita de milho e feijão (carioquinha), limpeza do roçado, início da floração das laranjeiras (limpeza e adubação)	colheita e plantio de feijão (macassa), colheita de milho (seco), limpeza de bananal e laranjal, bananeiras passam a produzir mais	colheita de banana e laranja, início da colheita de macaxeira	Manutenção do roçado, bananal e laranjal, atividades começam a diminuir, pode colher macaxeira, colheita de feijão (macassa), colheita final de laranja e colheita de banana	Manutenção do roçado, bananal e laranjal, atividades começam a diminuir, pode colher macaxeira, colheita de banana

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

O calendário foi construído com base no ano de 2013, mas segundo os agricultores, pode sofrer grandes alterações, isso se deve a inconstância das chuvas, que podem iniciar no final de março ou final de abril. Este calendário é estabelecido pela observação dos fenômenos climáticos, pois estes agricultores conhecem a chuva esporádica e a também a chuva de inverno, que cai com maior constância.

Nos meses de janeiro e fevereiro os agricultores realizam a limpeza do terreno para o plantio do roçado (macaxeira, milho e feijão). A biomassa vegetal capinada é espalhada no solo para servir de cobertura morta e, posteriormente, de adubo para as culturas. Com as últimas chuvas de verão, final de fevereiro e início de março, é possível plantar feijão macassa, que é a primeira cultura do sistema de roçado a ser colhida. Nos casos do bananal e laranjal, a limpeza é realizada da mesma forma, o material vegetal permanece sobre o solo, única medida adotada para impedir a erosão do solo.

No mês de março inicia-se o preparo do solo para o plantio da macaxeira e do milho, dependendo do ano, ao final de março já é iniciado o plantio. Concomitante a essas atividades, os agricultores fazem limpas de manutenção de laranjeiras e bananeiras.

Em abril, geralmente mês em que as chuvas se tornam mais constantes os agricultores plantam a macaxeira e milho, nesse período colhe-se o feijão macassa verde, para consumo e comercialização.

Maior foi considerado o mês mais seguro para as “culturas de raiz” como laranjeiras e bananeiras por ser mais úmido. Nesse período os agricultores também plantam mais uma roça de feijão do tipo carioquinha, além de jerimum e fava, tudo em consórcio com a macaxeira e o milho.

O mês de junho é marcado pela colheita do milho verde, marcante na região por coincidir com o período das festas juninas, onde a demanda por milho verde cresce pela cultura alimentar dessa região. Nesse período a produção de bananas diminui e a colheita se torna reduzida. Capinas de manutenção são realizadas em todas as culturas.

Em julho é realizada mais uma colheita de feijão e a colheita de milho seco, fava e jerimum. Em agosto continua colheita de feijão e novamente a

limpeza do laranjal, período importante pois é início da floração das laranjeiras, além da limpeza é realizada uma adubação com esterco curtido, a biomassa vegetal é espalhada sobre o solo para evitar estresse das raízes das laranjeiras.

Em setembro continuam a colheita do milho seco, as capinas de manutenção e é realizado novamente um plantio de feijão macassa. É interessante observar que durante todo ano os agricultores ocupam a área de roçado com feijão.

O mês de outubro é marcado pela colheita de laranja e início da colheita de macaxeira, que poderá ocorrer até quatro ou cinco meses depois. Como foi mencionado anteriormente, a macaxeira permanece no campo como uma poupança.

Nos meses seguintes, novembro e dezembro, as atividades diminuem porque são os meses secos e os agricultores ainda estão colhendo e realizando capinas de manutenção.

As atividades de criação de animais são constantes e o manejo diário.

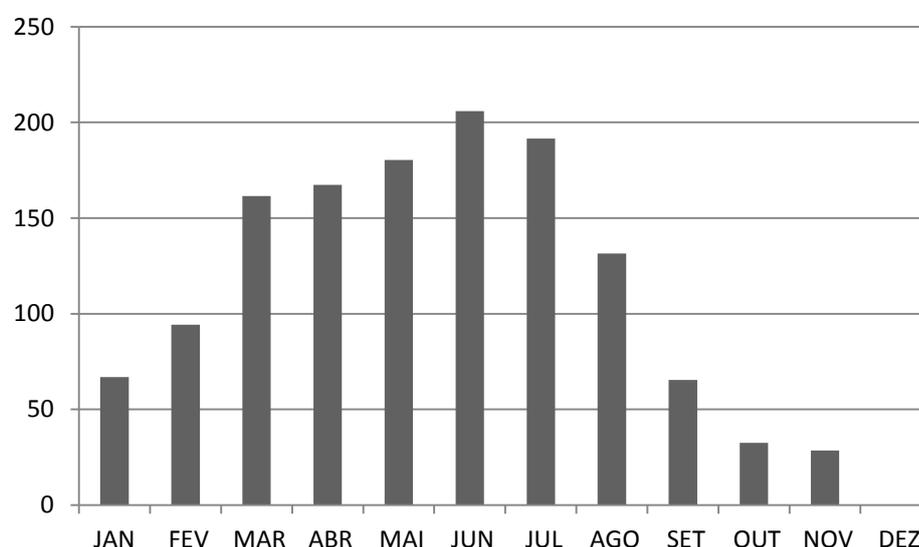


Gráfico 3 Índice pluviométrico (mm) do município de Areia-PB em 2013
Fonte: AESA, 2013

O calendário agrícola da comunidade funciona de acordo com o regime de chuvas da região, iniciando com o preparo de solo para plantio no início do ano e atingindo o pico máximo de atividades quando também há um pico

máximo de chuvas na região. O ritmo de trabalho diminui de acordo com as chuvas e estaciona nos meses de novembro e dezembro, época de seca, como mostra o gráfico 3.

3.2.4 Comercialização

O mapa de comercialização Figura 9, foi construído de forma participativa.

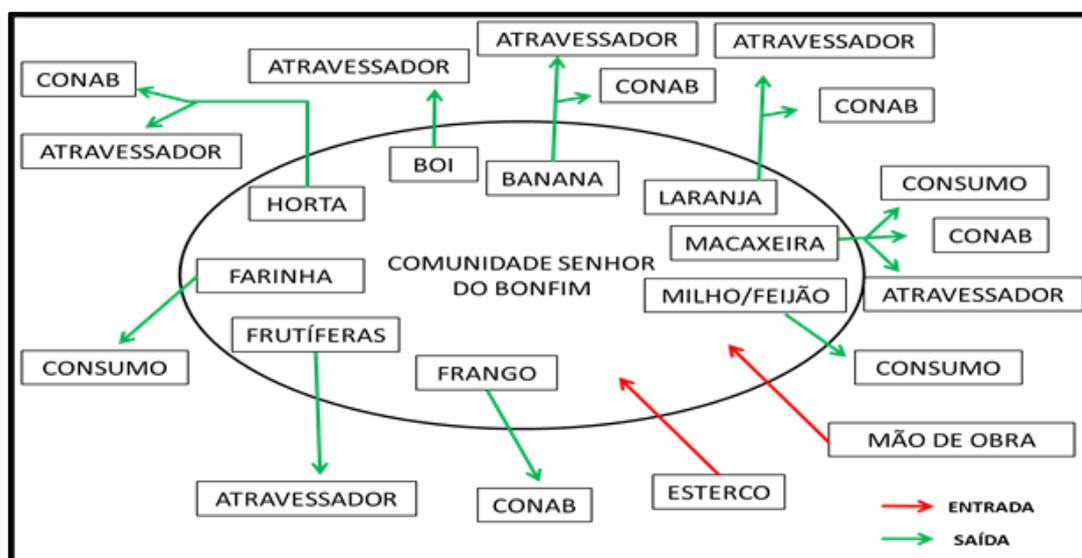


Figura 8 Mapa de comercialização e insumos
Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

O mapa de comercialização indica a limitação existente para escoar os produtos nessa comunidade. Observa-se que a produção possui três destinos: 1- Comercialização com atravessadores (atingindo preços mais baixos), que só acontece quando não há alternativa; 2- Comercialização com a CONAB, através do PAA e FNDE através do PNAE; 3- O produto é consumido na própria comunidade.

A comercialização é um aspecto limitante para estes agricultores. As estradas são de péssimo acesso e na época de chuvas é praticamente impossível transitar por elas. A produção depende diretamente das chuvas e quando há colheitas, os preços estão mais baixos, uma vez que há maior oferta de produtos por parte dos agricultores da região. Além disso, a comercialização ainda é uma novidade para estes agricultores, que antes da conquista da terra apenas produziam para consumo.

A comercialização com atravessadores, apesar de desvantajosa, possui caráter importante na comunidade, uma vez que não possuem transporte para escoar os produtos, sendo uma forma de acessar o mercado.

Já a utilização de feiras livres para escoar a produção foi citada por todos os agricultores como desvantajoso, pelo tempo despendido para a comercialização, baixos preços atingidos e a possibilidade de perda dos produtos.

É possível perceber a falta de articulação e de incentivo para outras formas de comercializar os produtos nessa comunidade. Assim, depois da conquista da terra, a comunidade passou a direcionar a produção para a comercialização através do PAA e PNAE; boa parte das novas atividades iniciadas no Bonfim são frutos da oportunidade que encontraram nesses programas governamentais.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR

O presente capítulo é destinado a apontar as políticas para agricultura familiar apropriadas pela comunidade Senhor do Bonfim e discutir o seu alcance e influência neste ambiente.

Sabe-se que o texto da Lei nº 11.326, lei de incentivo à agricultura familiar possui objetivos muito complexos, como sustentabilidade social, ambiental e econômica. Tendo em vista esse objetivo, pretende-se discutir como as ações governamentais caminham no sentido da sustentabilidade e como essas ações podem influenciar as práticas agrícolas tradicionalmente desenvolvidas na comunidade. Outro aspecto relevante é que, por se tratar de uma comunidade tradicional quilombola, as políticas deveriam estimular práticas tradicionais em prol da preservação da cultura da população. De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus *direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições* (BRASIL, 2007).

Para garantir o apoio à agricultura familiar, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, pretende promover o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: Crédito; Infraestrutura e Serviços; Assistência Técnica e Extensão Rural; Pesquisa; Comercialização; Seguro; Habitação; Legislação Sanitária, Previdenciária, Comercial e Tributária; Cooperativismo e Associativismo; Educação, Capacitação e Profissionalização; Negócios e Serviços Rurais não Agrícolas e Agroindustrialização (BRASIL, 2006).

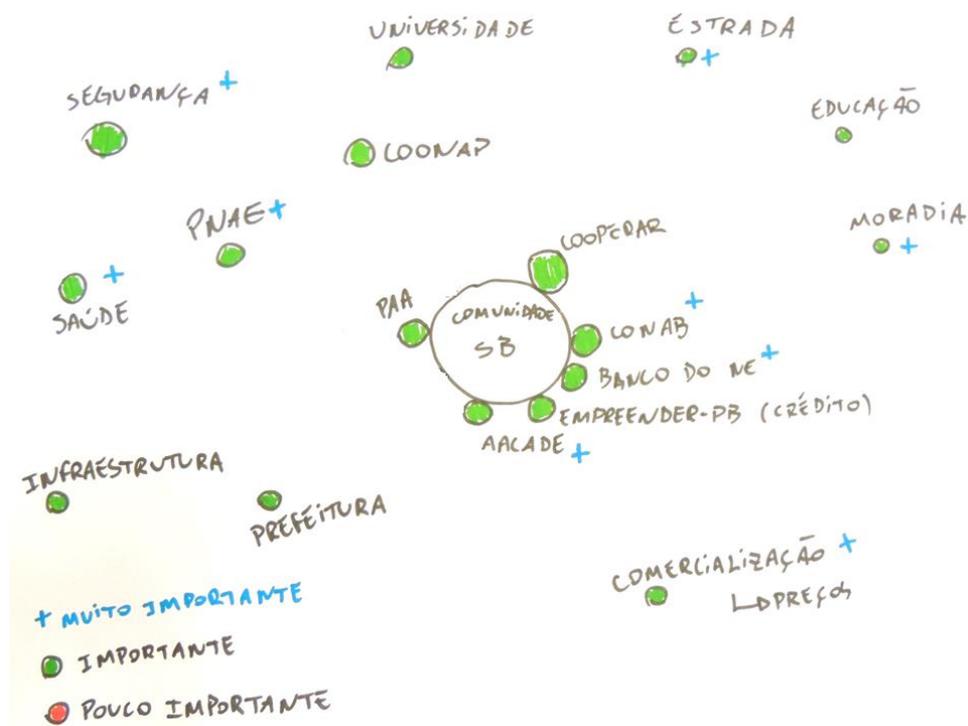


Figura 9 Diagrama de Venn
 Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Em umas das reuniões com a comunidade, propusemos a construção de um Diagrama de Venn, Figura 10, para avaliar as áreas de atuação das políticas públicas para agricultura familiar na comunidade Senhor do Bonfim. Este diagrama utilizado para colocar em evidência as relações que se estabelecem entre os membros da comunidade e as instituições para reconhecer a importância destes fatores nos processos de decisão e desenvolvimento comunitário. O diagrama foi construindo em uma reunião com um grupo agricultores com experiência em relação aos grupos e às instituições vinculados à comunidade. Foi explicado o objetivo da ferramenta e a partir disso foi desenhado um círculo no centro do papel para representar a comunidade, em seguida, foram identificados os grupos e ou organizações que tenham relação com a comunidade indicando as organizações no entorno do posicionamento da comunidade.

A partir do Diagrama de Venn foi possível construir um gráfico mais significativo do alcance das políticas públicas apropriadas pela comunidade. Na reunião mensal da associação de moradores, pedimos que os agricultores avaliassem com notas de 1 a 5 as áreas de atuação da lei de incentivo à agricultura familiar, os resultados estão expostos no gráfico 6.

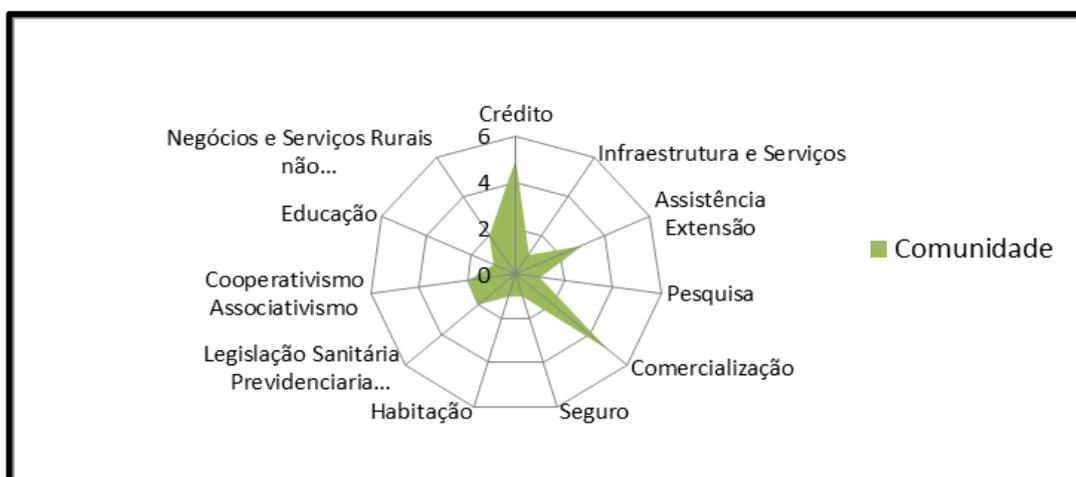


Gráfico 4 Áreas de atuação da Lei nº 11.326 na comunidade
 Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

O gráfico denota ainda que as principais ações para o desenvolvimento da comunidade são auxílios financeiros, o crédito e a comercialização são os únicos a receber nota 5. A assistência técnica, embora essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar, ainda está distante da realidade desses agricultores. Confirma ainda a informação de Sabourin (2007), no qual o estado brasileiro não assegurou os ativos e as infraestruturas de base necessárias para a agricultura familiar do nordeste, assim os agricultores dessa região permanecem sem infraestrutura devida. E sentido convergente,, Souza et al (2013) concluem que:

Embora a preocupação com a qualidade de vida das populações quilombolas esteja refletida nas políticas públicas no Brasil, inquérito nacional realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em comunidades quilombolas indica que a maioria destas famílias encontra-se em situação de extrema pobreza. Apenas 29% têm acesso ao serviço de coleta de lixo; 24,0% ao esgotamento sanitário e 56,0% à água encanada. De forma similar, estudos realizados em comunidades do Tocantins, Pará e Paraíba evidenciam que a Insegurança Alimentar esteve presente em 85,0% das famílias com uma frequência elevada de domicílios de adobe, palhoça ou taipa (SOUSA et al., 2013, p. 988, p. 988).

As entrevistas revelam que seis políticas públicas influenciam no arranjo produtivo da comunidade, são elas: PAA e PNAE para a comercialização, PRONAF para o crédito, Distribuição de sementes, Projeto Cooperar (infraestrutura) e bolsa estiagem. Nenhum agricultor relatou receber Assistência Técnica, porém, como veremos, esta política ou a falta dela na comunidade, influencia a produção da comunidade, gráfico 5.

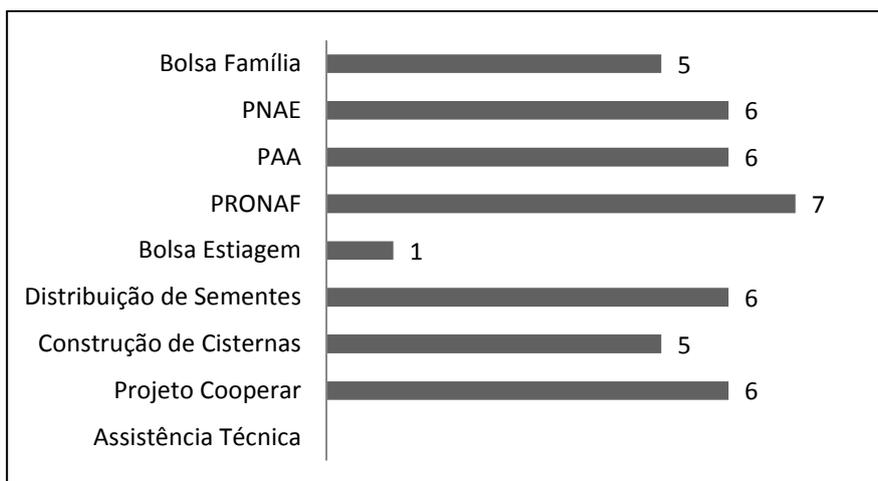


Gráfico 5 Políticas encontradas na comunidade Senhor do Bonfim
 Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Com relação ao benefício Bolsa Estiagem, fomos informados pelo técnico da EMATER que o cadastro foi feito com todos os agricultores da comunidade, porém apenas um dos entrevistados pôde acessar este recurso. Segundo o técnico existe dificuldade de expor para o MDA as peculiaridades do município de Areia, que geograficamente está localizado em um brejo de altitude, com índice pluviométrico alto, porém cercado por áreas mais áridas e de índice pluviométrico bem mais baixo. A peculiaridade do município é que em algumas de suas áreas incluem-se nas partes áridas, apesar do índice pluviométrico geral do município ser alto. Isto reflete a impossibilidade das políticas atuarem de forma mais contextualizada, a generalização acaba prejudicando alguns agricultores.

As duas políticas de comercialização, PAA e PNAE, acompanham a comunidade desde 2006 e boa parte da expansão da produção se deu por influência delas. O gráfico 6, traz a distribuição das fontes de renda dos agricultores da Associação Senhor do Bonfim, onde as políticas públicas PAA, PNAE e Bolsa Família são as mais importantes na composição geral da renda.

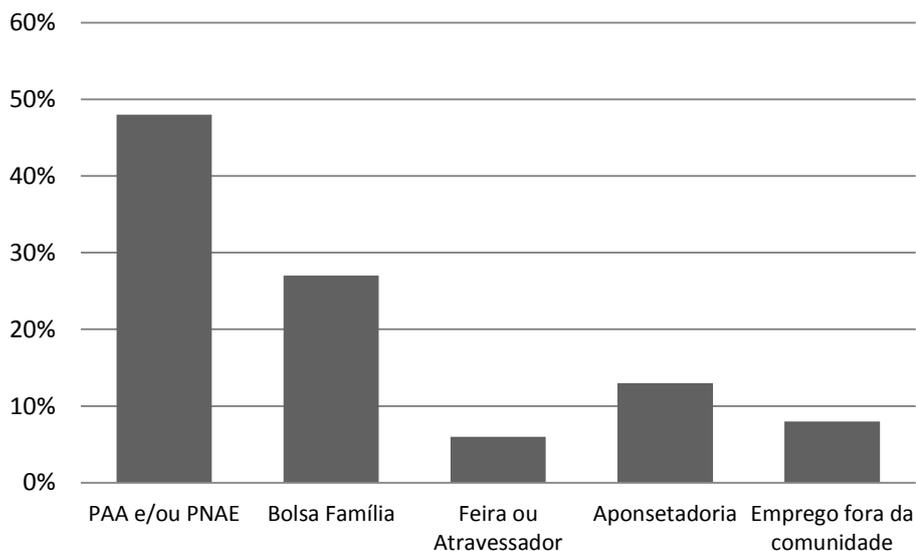


Gráfico 6 Porcentagem das Fontes de Renda
 Fonte: Yogi et al, pesquisa de campo, 2011

Mais de 45% dos agricultores de toda a comunidade compõem sua renda através do PAA e PNAE, comparando com a o percentual de acesso à renda através de outros canais de comercialização, como feiras livres e atravessadores, que juntos são menos de 10%. Nesta comunidade, um único agricultor utiliza a feira livre como forma de escoar a produção, é importante ressaltar que esse agricultor comercializa todos os seus produtos na feira, inclusive as frutas de época.

Fica claro que o PAA e PNAE são as formas de acessar renda de maior destaque na comunidade. Peralta e Andrade (2011), estudaram o acesso a políticas públicas, nessa mesma comunidade e apontam para a rápida evolução sobre os contratos com PAA, que em 2009, o valor total de comercialização da comunidade foi de R\$ 60.000,00. No ano de 2010, R\$ 98.000,00 e em 2011, chegou a R\$ 122.500,00.

A produção agrícola desses agricultores cresceu junto com os contratos com PAA e PNAE e sem planejamento, os agricultores acabaram investindo muito alto em alguns fatores de produção, como exemplo, a mão de obra contratada, expansão de pomares de laranja e aumento na produção de aves caipira confinadas.

Para Chmielewska e Souza (2010), apesar de o PAA promover retorno econômico e estimular a produção familiar, se tornou o mercado principal ou

único para muitos de seus beneficiários, dadas as suas vantagens e as dificuldades que os produtores enfrentam em suas outras opções comerciais. De acordo com os autores é possível supor que se o programa terminar, os beneficiários dessa política serão seriamente prejudicados. Os agricultores da comunidade Senhor do Bonfim se encontram “dependentes” dessa via de comercialização e não há esforço no sentido de buscar outras vias de comercialização. Qual será o destino dessa produção sem o PAA?

De acordo com o Agricultor 4, comercializa-se maior volume e variedade de alimentos com o PAA, quando comparado ao PNAE. Os valores de comercialização para o ano 2013, foram R\$120.000,00 via PAA, somatório de todos os agricultores da comunidade, e R\$ 45.000,00 via PNAE. Assim, para esta comunidade, a instabilidade do PAA se apresenta como fator de risco à produção, pois comercializam e expandem seus cultivos de acordo com os contratos obtidos através dessa política.

O PAA é uma política instável, pois, embora tenha sido criado como um programa prioritário de governo, ainda não adquiriu status de programa orçamentário, permanecendo como uma ação e não possui orçamento próprio (BECKER et. al., 2012).

O caso do PNAE é diferente, porque a política está assegurada pela Lei 11.947 de junho de 2009 - Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL 2009). Apesar disso o agricultor 4, afirma que a comercialização com o PAA é mais vantajosa, por absorver qualquer produto que a comunidade tenha disponível. Já o PNAE depende do cardápio elaborado pela nutricionista das escolas, e demandam poucos produtos dessa comunidade.

É possível observar que, apesar da lei de incentivo à agricultura familiar ser baseada no princípio da sustentabilidade ambiental, social e econômica, algumas ações governamentais ainda seguem a lógica industrial, como no

caso dos empréstimos via PRONAF, onde os valores investidos acabam retornando para as grandes empresas de insumo agrícola (CAPORAL, 2011).

Para Gehlen (2004), embora o PRONAF aponte para uma mudança, tende a fortalecer os que apresentam racionalidade empresarial, o aumento no valor destinado ao crédito rural não significa que este crédito seja investido de maneira racional.

Na comunidade, o crédito tem sido utilizado basicamente em aquisição de insumo, ligados à implantação de pomares de citros e criação de gado. A atividade de citricultura predomina na microrregião do Brejo paraibano, movimentando a economia dessa região (SILVA et al., 2011). Por isso a predominância de projetos de PRONAF para viabilizar essa atividade. O benefício chega aos agricultores diretamente para aquisição de insumos como esterco, estacas, arame, mudas e a contratação de mão de obra.

É importante ressaltar que os pomares de citros, em sua grande maioria, estão implantados em áreas com declive acentuado, com pouco ou nenhum manejo para minimizar a erosão do solo. É possível que estas áreas apresentem queda de produção ao longo do tempo pela extração de nutrientes através das colheitas, assim como pela ação das chuvas e erosão no solo. A reposição desses nutrientes é feita apenas com esterco de gado curtido, intercalando os anos. É possível que apenas esse meio de repor os nutrientes não seja suficiente para manter as colheitas em nível produtivo aceitável, sendo necessária a implementação de manejos ecológicos adequados para esta situação.

Na comunidade Senhor do Bonfim observa-se que embora a maioria dos agricultores se beneficie dessa política, o financiamento não é investido de maneira racional. Em muitas situações, como relata a agricultora 1, são feitos projetos para aquisição de esterco e estacas para cerca, mas ao receberem o valor, os agricultores utilizam o próprio esterco e suas próprias estacas e o dinheiro acaba sendo utilizado para outras finalidades produtivas. O projeto feito pelo Banco do Nordeste serve apenas para justificar o empréstimo.

Estes agricultores possuem demandas específicas de produção, que nem sempre se enquadram aos projetos feitos pelos técnicos responsáveis

pela elaboração, assim acabam utilizando o recurso de PRONAF para outros fins. Seria interessante que o projeto fosse construído de forma participativa, respeitando o modo de produção específico de cada agricultor.

Para Azevedo & Pessôa (2011), o PRONAF enfrenta ainda uma série de problemas, por exemplo, o desvirtuamento da lógica do programa, onde há emprego dos recursos em fins não especificamente produtivos. No Bonfim observa-se que os agricultores possuem necessidades diferentes daquelas em que os projetos de PRONAF estão sendo realizados. Nesse caso seria necessário que os projetos fossem mais adequados às necessidades dos agricultores. Isso reflete a carência em assistência técnica e falta de contextualização dos projetos de PRONAF em relação às demandas da comunidade. A política, além de estimular atividades que demandam aquisição de insumos externos, não suprem as reais demandas dos agricultores. Além disso, com afirmam Azevedo & Pessôa (2011), não há integração do PRONAF com outras políticas.

A distribuição de sementes é um exemplo de elementos da modernização agrícola diretamente inserido na comunidade. Seis entre os nove agricultores entrevistados relataram que recebem sementes do governo, plantando-as quando necessário.

Trata-se de sementes híbridas de milho, cuja polinização é cruzada, realizada através do vento (anemofilia). Assim a semente híbrida disponibilizada pelo governo acaba contaminando campos de sementes crioulas (milho Jabotão) dos agricultores, fazendo com que essa genética corra risco de acabar através da contaminação de milho híbrido. Mais uma vez a política descontextualizada leva a um fator de erosão do conhecimento tradicional.

Tem sido comum na região Nordeste a execução de políticas públicas baseadas na difusão em larga escala de uma ou poucas variedades de sementes comerciais melhoradas, apesar do fortalecimento de bancos de sementes crioulas na Paraíba através de articulação da sociedade civil e algumas instituições como ASA e AS-PTA, mas mesmo assim as sementes de variedades comerciais ainda são amplamente distribuídas (CUNHA, 2013). No

caso do Bonfim não é diferente, apesar de contarem com seu próprio banco de sementes crioulas, nem sempre é possível armazenar sementes suficientes de um ano para o outro, algumas vezes pela severidade do período seco e a dificuldades de colheitas, outras pela dificuldade em armazenar de forma eficiente essas sementes.

As sementes distribuídas pelo governo apresentam pior produtividade no manejo adotado pelos agricultores do Senhor do Bonfim, confirmando trabalhos realizados pela AS-PTA, conforme a compreensão de Londres (2014), onde as variedades convencionais são produzidas por meio do uso de agrotóxicos, de adubação química. Quando vão para um ambiente diferente, onde se usa manejo alternativo e raramente se usa adubação química, elas não têm a mesma adaptação que as sementes dos agricultores

Assim a distribuição de sementes de variedade comercial nessa comunidade introduz um elemento que promove erosão cultural e genética desse importante recurso para estes agricultores, além de prejudicar a sua produtividade.

Outro exemplo da introdução de elementos da agricultura modernizada é relacionado ao Projeto Cooperar, Programa de Alívio da Pobreza Rural no Nordeste, delineado com o objetivo de combater a pobreza através do estímulo à participação das populações locais na definição dos investimentos do Estado (VIEIRA, 2008).

No Bonfim, o projeto se comprometeu a auxiliar a produção de aves com a construção de 3 galpões aviários para 500 aves cada e um abatedouro. De acordo com os agricultores a atividade será iniciada em dezembro de 2013 com a aquisição de 1500 pintos. Quando foi questionado qual seria o mercado para escoar toda essa produção, os agricultores informaram que existe um contrato com PAA que absorverá uma pequena parte dessa produção, mas a grande maioria ainda não possui destino.

Essa informação serve para refletirmos sobre o impacto de ações como esta, ao introduzir uma nova atividade em uma comunidade tradicional como o Bonfim. Os responsáveis devem levar em conta o contexto histórico e cultural

no qual o projeto será inserido, no caso do Bonfim os agricultores produzem com a mínima dependência de insumos externos.

Segundo a agricultora (8) os moradores da comunidade ao se casarem levam suas sementes para sua nova família. Entre as “sementes” relatadas pela agricultora estão as ‘galinhas de capoeira’ (também chamada de sementes pelos agricultores) assim cada nova família se forma com um banco de manivas, sementes de milho, feijão e galinha.

Qual será o destino dessas “sementes” de galinha de capoeira quando a atividade produtiva de criação de aves começar? Interessante lembrar que na Paraíba, mesmo com o frango industrial possuindo menor valor no mercado, a ‘galinha de capoeira’ é um alimento muito procurado para consumo, constitui-se como característico do hábito alimentar da região.

Com o novo modo de produção virão também as adequações à vigilância sanitária, compra de insumos (ração, pinto, vacinas, medicamentos), dependência do mercado, manejo de resíduos sólidos. A comunidade terá assistência técnica para estes novos desafios?

No Brasil, há o crescimento das megaempresas de criação de suínos e aves, baseadas na modernizada e tecnificação (VANKRUNKELSVEN, 2012, p.104), o mesmo ímpeto modernizador da avicultura nacional vem se espalhando pelo Nordeste (EVANGELISTA et al., 2008). No Bonfim, a aquisição de insumos está prevista no projeto produtivo de aves através do Cooperar, com essa postura produtiva assume-se a produção industrial de aves.

A Guaraves Ltda, uma das maiores empresas da avicultura do nordeste, localiza-se na Paraíba e atua na criação industrial de frango e produção de insumos. Trabalham com o sistema de parceria, onde são oferecidos insumos e assistência técnica aos agricultores e em contrapartida possuem exclusividade na aquisição dos frangos em peso de abate (LIRA, 2011). Sem mercado certo para comercialização de sua produção, a integração com grandes empresas como a Guaraves é uma forte possibilidade. Como lembra Ploeg (2008), a relação entre camponeses e “impérios alimentares” gera dependência e descaracteriza o princípio camponês da autonomia.

Apesar dos agricultores entrevistados afirmarem que não possuem assistência técnica, em diversos momentos do convívio e coleta de dados foi possível observar que nessa comunidade há certo apoio técnico por parte da EMATER. Segundo o técnico, o acesso às políticas públicas na comunidade Senhor do Bonfim são articuladas por esta instituição, pois a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, documento indispensável para acessar políticas de apoio à agricultura familiar, é emitida pela própria EMATER.

Alguns aspectos da produção agropecuária desses agricultores apontam para a maior necessidade de assistência técnica. Há gasto excessivo com mão de obra externa; plantações de citros em relevo muito inclinado sem práticas de conservação do solo; produção limitada pela falta de sistema de irrigação; bancos de sementes crioulas não atendem a demanda dos agricultores; comercialização restrita ao PAA e PNAE. O técnico da EMATER argumenta que devido à falta de investimento, prestar assistência de modo mais eficaz se torna difícil. Ele lembra que para um município como Areia, uma unidade da EMATER com apenas três funcionários não possui alcance suficiente para assistência técnica. Torna-se mais difícil realizar intervenções técnicas e realizar acompanhamento dos agricultores dessa região.

O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER vem passando por profundas transformações em suas práticas, no enfrentamento de novos desafios da atualidade. Como investimento na melhoria das ações de ATER na tentativa de responder às necessidades atuais, a formulação e implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ocorreu em um momento importante para o rural brasileiro, em que uma série de políticas públicas estava sendo direcionada para o campo (COSTA & COSTA, 2011).

Diante disso é possível observar que apesar da lei de incentivo à agricultura familiar ser baseada no princípio da sustentabilidade ambiental, social e econômica, as ações governamentais seguem a lógica industrial, incorporando ao modo de produção familiar as tecnologias provenientes da revolução verde. Assim, a agricultura tradicional no Brasil deveria ser pesquisada e incorporada pela academia, em busca do desenvolvimento

sustentável. Pois nos lembra Altieri (2004) “uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos”. A Agroecologia propõe um desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, utilizando os elementos de resistência específicos de cada identidade local, complementa Guzmán (2001).

Tendo em vista o conceito de desenvolvimento rural para Agroecologia, seria lógico que as ações para fortalecimento da agricultura familiar fossem norteadas por esta ciência.

4.1 Limitações da produção do Bonfim e a necessidade de assistência técnica

Foi discutida, no capítulo 2, a produção agropecuária da comunidade Senhor do Bonfim, desde o seu histórico até a comercialização dos produtos. Ao longo do caminho foi possível identificar alguns gargalos para o desenvolvimento da atividade agrícola, pela hierarquização dos problemas encontrados por meio das metodologias participativas, os resultados estão expostos na tabela 7.

Tabela 7 Limitações da produção

OBSTÁCULOS	DIFICULDADES	SOLUÇÃO	MELHORIAS
MAÃO DE OBRA	GASTO EXCESSIVO	ORGANIZAR MUTIRÃO E INTRODUÇÃO DE PRÁTICAS DE MANEJO ECOLÓGICO	AUMENTA O LUCRO
RELEVO	EROSÃO DO SOLO	ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTRODUÇÃO DE PRÁTICAS DE MANEJO ECOLÓGICO	MANUTENÇÃO DA FERTILIDADE DO SOLO
IRRIGAÇÃO	NÃO POSSUI BOMBAS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTRODUÇÃO DE SISTEMAS ALTERNATIVOS DE IRRIGAÇÃO	MAIOR PRODUÇÃO E POSSIBILIDADE DE ATINGIR MELHORES PREÇOS
SEMENTES	FALTA SEMENTE	BANCO DE SEMENTES E ASSISTENCIA TECNICA	AUTONOMIA
COMERCIALIZAÇÃO	LIMITADA	ORGANIZAÇÃO E ASSISTENCIA TECNICA	AUTONOMIA E MAIOR LUCRO

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

É possível perceber que a produção da comunidade, apesar de aumentar rapidamente, possui algumas dificuldades primárias para a produção. Além disso, parece sofrer com a falta de infraestrutura e assistência técnica. Há gasto excessivo com mão de obra, falta de estrutura e equipamentos para irrigação, problema com relevo, falta de sementes para plantio e limitação na comercialização dos produtos. Cada um desses gargalos na produção da comunidade foi identificado através do diagnóstico participativo realizado. O que é possível observar nessa comunidade é que a produção foi guiada pelas políticas de incentivo da agricultura familiar, a produção cresceu, mas a base produtiva continua frágil.

A partir disso questiona-se o alcance e a qualidade da assistência técnica e de extensão rural. Fica claro o despreparo técnico para assistir aos agricultores tradicionais. As ações são descontextualizadas, não refletem a demanda desses agricultores, que por almejarem o ganho econômico acabam sofrendo com a infraestrutura. Um DRP - Diagnóstico Rápido Participativo realizado foi suficiente para compreender a demanda e apontar potencialidades da comunidade, esse é o caminho para prestar assistência técnica e gerar desenvolvimento e autonomia. O tipo extensão ou assistência técnica necessária para atingir desenvolvimento sustentável com base no sociocultural, ambiental e econômico deveria seguir a ideia de Caporal (2004), para quem é necessária uma extensão agroecológica: Imersão do agente na compreensão da realidade e da vida das famílias envolvidas; o resgate do conhecimento local, exigindo a adoção de metodologias adequadas; a participação como direito; o processo educativo; a sistematização das experiências.

Observa-se que as políticas públicas na comunidade Senhor do Bonfim atuam de forma isolada e descontextualizadas. Ao estudarem o acesso a políticas públicas na comunidade Senhor do Bonfim, Peralta & Andrade (2011) afirmaram que as políticas costumam chegar de forma quase aleatória e sem maiores explicações para os agricultores da comunidade.

Em seu atual molde visam apenas o aporte econômico dos agricultores, não garantem a preservação da cultura, bem estar social e sustentabilidade ambiental como está proposto na lei 11.326. A integração das políticas e uma mudança profunda nos investimentos e na forma como é realizada a assistência técnica é fundamental para estimular a produção tradicional respeitando sua cultura para atingir desenvolvimento sustentável, levando em consideração a complexidade desse termo.

4.2 Transição agroecológica

No primeiro contato com os agricultores da comunidade estudada, fui informado pelo presidente da associação de moradores, que aquela comunidade era “agroecológica”: -“Aqui no Bonfim ninguém usa veneno”. Segundo os moradores dessa comunidade, desde o conflito pela posse das

terras, eles possuem apoio técnico da AACADE, e a partir disso, participaram de diversos cursos de agroecologia. Desde então se consideram uma comunidade “agroecológica”. Essa informação leva a uma reflexão do uso do termo agroecologia, no qual, segundo Caporal (2004), o termo é utilizado de forma errada, o que favorece a descaracterização dessa ciência. Assim como o erro conceitual, outros equívocos podem ser encontrados na prática. Atentando sobre o diagnóstico sobre a agricultura da comunidade Senhor do Bonfim, percebemos que “ser uma comunidade agroecológica” para os agricultores, significava apenas evitar queimadas e não utilizar agrotóxicos. Percebe-se que, o conceito de Agroecologia nesta comunidade precisa ser melhor trabalhado através de capacitações e da própria assistência técnica. O conceito na comunidade foi reduzido à práticas de manejo ecológico de recursos. Como foi observado no primeiro capítulo A agroecologia é uma ciência que visa nortear estilos de agriculturas mais sustentáveis em seu tempo e espaço, respeitando os três pilares da sustentabilidade, aspecto sociocultural, econômico e ecológico, faz uso da visão holística e do pensar complexo.

Buscar a sustentabilidade, como já foi dito é algo complexo, e não poderá ser confundido com o simples fato de não se usar agrotóxicos em um sistema ou evitar o uso de queimadas. Por compreender tal complexidade, a assistência técnica, baseada na Agroecologia, deveria ser composta por uma equipe multidisciplinar, e trabalhar com ferramentas participativas, respeitando os anseios e cultura dos agricultores, algo próximo à ideia de Paulo Freire, na obra “Extensão ou comunicação?”

Segundo Gliessman (2008), na atualidade, muitos agricultores estão transitando para agriculturas de base ecológica, isso se deve principalmente à: custo de insumo e fontes de energia; baixo lucro através dos sistemas convencionais; desenvolvimento de práticas alternativas viáveis; Crescente consciência ambiental dos consumidores; e o nicho de mercado. Do ponto de vista do autor, esse processo deve respeitar as necessidades do produtor e deve acontecer de forma lenta, compreendendo três etapas: a) aumentar a eficiência das práticas convencionais a fim de se reduzir o uso de insumos externos; b) Substituir os insumos externos por práticas alternativas; c)

Redesenhar o agroecossistema para um sistema com base ecológica, figura 10.

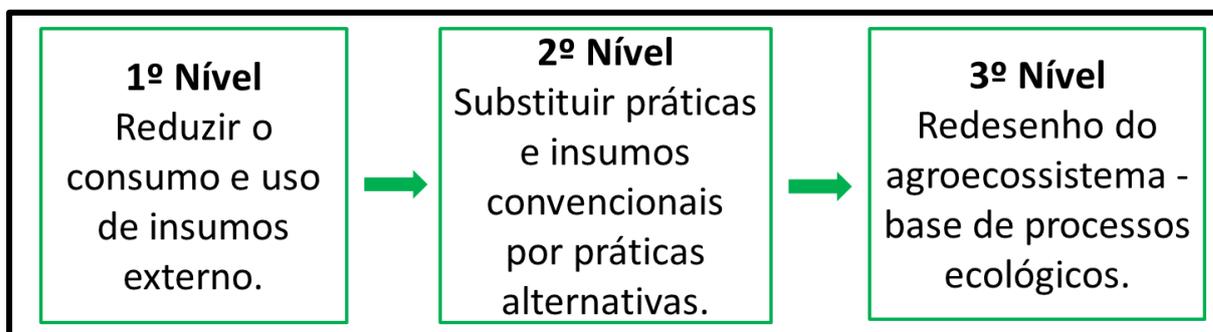


Figura 10 Níveis da transição agroecológica
Fonte: Baseado em Gliessman (2008)

Fazendo um paralelo destas etapas com a evolução da agricultura da comunidade Senhor do Bonfim, desde 2006 até 2013, percebemos que os agricultores se apresentam sim e transição, mas no sentido contrário, figura 11.

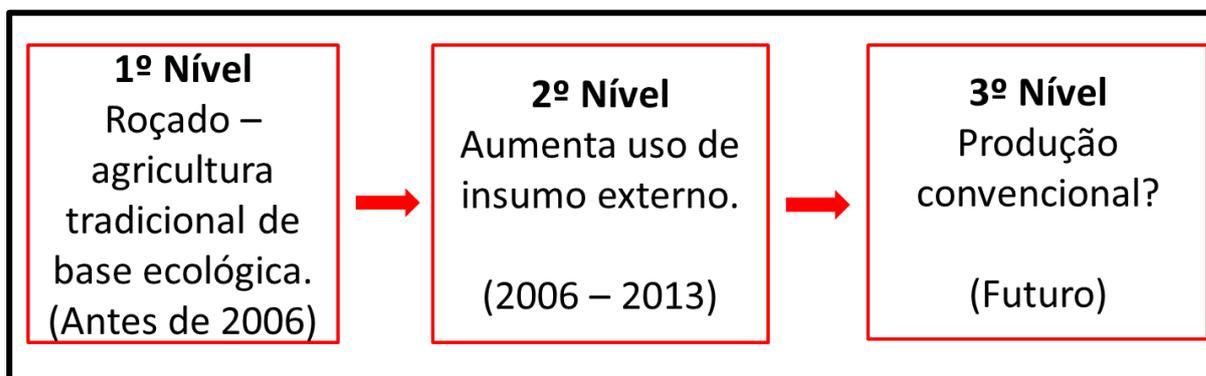


Figura 10 Níveis da transição da comunidade Senhor do Bonfim
Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Foi observado que após a conquista da posse das terras, os agricultores da comunidade expandiram suas atividades, incorporando novas produções e acessando políticas públicas que incentivaram o ganho econômico. Esses produtores passaram a incorporar insumos externos ao seu sistema.

Antes de 2006 as únicas atividades desenvolvidas pelos agricultores era o cultivo de roçados, sobre sistema de plantio milho-feijão-macaxeira, colocando em prática a estratégia de coivara. Essa estratégia acessa apenas ao capital ecológico, com máximo aproveitamento tempo x espaço. Já as novas atividades inseridas no Bonfim, como plantio de bananeiras, laranjeiras,

olerícolas e criação de galinha caipira, são diretamente estimuladas pelas políticas públicas nessa comunidade, principalmente PAA, PNAE e PRONAF, sendo essas atividades identificadas como as responsáveis pela necessidade crescente aquisição de insumos externos e aumento da demanda por mão de obra no sistema produtivo do Bonfim. O aumento da mão de obra contratada é reflexo de novas atividades inseridas na comunidade sem o devido planejamento da produção, mais uma vez lembramos que a falta de assistência técnica e políticas descontextualizadas são a causa da mudança no modo produtivo e acabam por gerar problemas como o excesso de mão de obra contratada, em uma comunidade com manejo tradicional.

O fator mais marcante dessa transição é a perspectiva do início de criação de galinha caipira em esquema industrial na comunidade, completamente dependente de insumos externos. Como já foi visto, essa atividade está diretamente ligada a demanda de carne de galinha pelo PAA, estimulando os agricultores a buscar o aumento da produção. O aumento da produção se dará através do início de um tipo de produção industrial, descaracterizando o modo de produção tradicional do Bonfim e desencadeando a transição desses agricultores a um tipo de produção convencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou investigar as influências de políticas públicas para a agricultura familiar em uma comunidade com manejo tradicional. Concluímos que algumas delas podem inclusive introduzir elementos da agricultura modernizada em seu sistema produtivo.

O roçado, prática tradicionalmente desenvolvida pelos agricultores do Bonfim, condiz com a agricultura tradicional camponesa citada na literatura. Essa prática utiliza recursos ecológicos para manutenção da fertilidade do solo, espécies adaptadas ao manejo e às condições climáticas da região, combinando espécies de interesse econômico e presentes no hábito alimentar dos agricultores, com colheitas em diferentes épocas do ano. Este arranjo produtivo é desenvolvido pelos agricultores há muito tempo, sendo ensinado pelos pais a cada geração. Hoje, este arranjo produtivo divide a atenção dos agricultores com outras atividades.

A partir de 2006, a comunidade passou a implementar a produção de citros, horta, plantação de bananeiras e criação de galinha caipira. Nesta mesma época passaram a acessar políticas de incentivo à sua produção, que influenciaram algumas decisões no seu modo de produção.

As políticas de comercialização PAA e PNAE, viabilizaram a produção da comunidade e estimularam o aumento da produção, sem o devido planejamento. Hoje os agricultores gastam boa parte de seus recursos na contratação de mão de obra externa. Acredita-se que pelas vantagens na comercialização através dessas políticas, os agricultores acabaram se tornando dependentes, hoje a produção continua aumentando baseadas na expectativa de novos contratos com PAA e PNAE.

Foi identificado nessa comunidade que o Crédito PRONAF estimula aquisição de insumos externos e tem a tendência de estimular a produção de citros. Neste caso, a atividade apresenta fator de degradação ambiental, plantadas em declive acentuado, em grande parte do território do Bonfim, gera alto risco de erosão do solo e perda da fertilidade. Além disso, foi verificado que o crédito não vem atendendo a real demanda desses agricultores, pois utilizam o crédito para outros fins, diferentes daqueles que estão no projeto.

A política de distribuição de sementes atua diretamente na introdução de elementos da agricultura modernizada no Bonfim. Esta ação não colabora com autonomia da produção desses agricultores, pelo contrário, leva ao risco de contaminação das sementes crioulas, que são mais produtivas na realidade dessa região. Além disso, a distribuição de sementes acaba desestimulando os bancos de sementes crioula da comunidade.

A produção de aves da comunidade passa por mudanças que podem alterar radicalmente o modo produtivo dos agricultores. Incentivado pelo projeto Cooperar, a produção vai passar a ser baseada na aquisição de insumos externos e coloca em xeque a autonomia camponesa dessa comunidade. Abre-se possibilidade para a integração da comunidade a cadeias de produção empresariais, tornando-os dependentes da indústria.

Apesar de a EMATER colaborar diretamente para o acesso da comunidade às políticas públicas, deixa várias lacunas em relação a assistência técnica à produção da comunidade. Justifica-se pela falta de recursos e infraestrutura, assim como pela falta de preparo para assumir um tipo de assistência capaz de compreender a realidade e vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, com conhecimento dos agroecossistemas e o estabelecimento das estratégias e práticas compatíveis com a realidade específica. Isso só será possível se o agente de extensão puder dispor do tempo suficiente e dedicar a atenção que exige cada situação concreta, assim como sua capacitação em tal metodologia de trabalho.

O incentivo à agricultura no Brasil sempre privilegiou a agricultura modernizada, com altas produtividades e integração à indústria, no caso da comunidade Senhor do Bonfim não está sendo muito diferente, mesmo apresentando objetivos de gerar desenvolvimento sustentável, as políticas públicas para agricultura familiar ainda possuem um longo caminho para atingir seus objetivos nessa comunidade e, possivelmente, em muitas outras.

Várias ações são direcionadas para o desenvolvimento econômico dos agricultores e poucas ações de fortalecimento sociocultural e de manejo ecológico dos recursos. Ao discutir o manejo dos agricultores, na prática foi possível encontrar elementos contraditórios ao texto da lei de incentivo à

agricultura familiar. Foi possível perceber que as ações governamentais não estão cumprindo seus objetivos. Pelo contrário, algumas ações não levam em conta o modo tradicional de produção e suas peculiaridades, colaborando com a descaracterização de elementos essenciais ao estilo de vida e agricultura tradicional camponesa. Desse modo a comunidade tende a descaracterizar seu modo tradicional de produção, o que contradiz a lei de incentivo à agricultura familiar e a lei de apoio a comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **ESTUDOS AVANÇADOS**. São Paulo, v. 13, n 36. p. 7–59. 1999.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 1992. 280 p.
- ALMEIDA, H. **Brejo de Areia**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980. 301 p.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989. 240 p.
- ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 16. p. 22-32. 2010.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2004. 118 p.
- ALVARENGA, Ramon Costa; CRUZ, José Carlos; VIANA, João Herbert Moreira. **Manejo de solos: Plantas de cobertura de solo**. EMBRAPA. Disponível em:
<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_5ed/ferverde.htm>. Acesso em: 11 jan. 2014.
- ALVES, J. M. A. et al. Avaliação agroeconômica da produção de cultivares de feijão-caupi em consórcio com cultivares de mandioca em Roraima. **Revista Agroambiente**, Boa vista, v. 03, n. 01. p. 15-30. 2009.
- ANDRADE LIMA, D. 1982. Present day forest refuges in Northeastern Brazil. p. 245-254, in: PRANCE, G.T. (ed.). **Biological Diversification in the Tropics**. Columbia University Press, New York.
- AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Soc. nat. [online]**. 2011, vol.23, n.3 [cited 2014-02-07], pp. 483-496 Available from:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198245132011000300009&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1982-4513. <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132011000300009>.
- BECKER, C.; ANJOS, F. S. D. Conciliando a fome com a vontade de produzir: a transversalidade nas políticas públicas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 6, n. 11. p. 07-21. 2012.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007. 549 p.

BRASIL. Constituição (2003). Decreto nº 4887, de 20 de janeiro de 2003. Regulamenta **Procedimento Para Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação das Terras Ocupadas Por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 08 out. 2013.

BRASIL. Constituição (2007). Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília.

BRASIL. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm
Acesso: 23 de dezembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de jul. de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm.
Acesso: 02 de maio de 2013.

BRASIL. Lei nº 11497, de 16 de janeiro de 2009. **Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola Aos Alunos da Educação Básica..** Brasília, Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis RJ: Vozes, 1988.

CALHEIROS, F. P.; STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.133-139, 2010.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, EMBRAPA, 2009. 27 p.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia E Políticas Públicas Na América Latina: O Caso Do Brasil. **Revista de investigación en Agroecología**, Murcia, v. 6, n. 9. p. 63-74. 2011.

CAPORAL, F.R. (Org.); COSTABEBER, J. A. (Org.). Agroecologia e Extensão Rural Sustentável: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. v.1. 166 p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v.1. 24 p.

CARVALHO, P. P. D. Políticas Públicas para Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica no Semiárido Brasileiro. In: CZYMMECK, A. (Ed.). **Políticas Públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 17-25.

CHAYANOV, A. V. A morfologia da máquina produtiva chamada unidade de produção camponesa. In: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1992. 280 p.

CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: D. Thorner. **The theory of peasant economy**. Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p.221-236, 2003.

CHMIELEWSKA, Danuta; SOUZA, Darana. **Market alternatives for smallholder farmers in food security initiatives: Lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme**. Working Paper, International Policy Centre for Inclusive Growth, 2010.

COSTA, R. C. M.; COSTA, A. R. Assistência técnica e extensão rural: uma abordagem endógena de desenvolvimento no perímetro irrigado público federal baixo acaraú. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Sobral, v. 5, n. 2, p.29-49, 2011.

CUNHA, F. L. **Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Departamento de Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Dissertacao-Mestrado-FlaviaLondres-vf.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

DEVIDE, A. C. P. et al. Produtividade de raízes de mandioca consorciada com milho e caupi em sistema orgânico. **Bragantia**, Minas Gerais, v. 68, n.1. p. 145-153. 2009.

ELSEN, I. MONTICELLI, M. Nas trilhas da etnografia: reflexões em relação ao saber em enfermagem. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 56, n. 2, p. 193-197 2003.

EVANGELISTA, F. R; NOGUEIRA FILHO, A; OLIVEIRA, A. A. P; A Avicultura Industrial de Corte no Nordeste: Aspectos Econômicos e Organizacionais. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER**. Rio Branco – Acre. 2008.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF, 2000. 74p.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: 1996.

FERNANDES, B. M.; WELCH. C. A.; GONÇALVES E. C. Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. In: **International Land Coalition**, v. 1, 2012. 63p.

FORTES, Maria Ester Pereira. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Negra Senhor do Bonfim**. João Pessoa, 2007. 118 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^o ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. 107p.

GARCIA FILHO, Danilo. P. Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico. Brasília: Convênio INCRA/FAO, 1999. 65 p.

GEHLEN, I. Políticas Públicas E Desenvolvimento Social Rural. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18 n. 2. p. 95-103. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008. 175 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 653 p.

GONÇALVES, S. A globalização do agronegócio e a destruição do campesinato no século XXI. **Ateliê Geográfico**, Goiânia. v. 5, n. 14. p. 1-23. 2011.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. D. C. S. **Novo Retrato da Agricultura familiar O Brasil Redescoberto**. Brasília: FAO/INCRA, 2000.74 p.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecol.eDesenv.Rur.Sustent**, Porto Alegre, v. 2, n. 1. p. 35-45. 2001.

HENRIQUES, A. B. Um Órgão Dos Agricultores Brasileiros: Algumas propostas da Moderna Agricultura na Revista Agrícola paulista (1895-1907). **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 2, n. 4. p. 36-63. 2011.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3. p.379-408. 2004.

LAHIRE, Bernard. Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa. n.49. p. 11-42. 2005.

LANDIM, J. R. M.; MONTEIRO, M. A. D. A. O pequeno produtor em uma agricultura capitalista. **Perspectivas**, São Paulo, v. 9, n. 10. p. 37-49. 1986.

LIRA, K. M. **O estudo da indústria em Guarabira-PB: O controle da qualidade em gestão**. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) - Curso de Licenciatura em Geografia, Departamento de Departamento de Geo-história, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011. Disponível em: <[http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/994/1/PDF - Kaliane Marcelino Lira parte 1.pdf](http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/994/1/PDF_Kaliane%20Marcelino%20Lira%20parte%201.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2014.

LONDRES, F. Ana – Articulação Nacional de Agroecologia Asa-pb – Articulação do Semiárido Paraibano. **As sementes da paixão e as Políticas de Distribuição de sementes na Paraíba**. Rio de Janeiro: As-pta, 2014.

MATTOS, P. L. P. *et al.* Consorciação da mandioca plantada em fileiras duplas e simples com culturas de ciclo curto. I. Mandioca x caupi x milho. **Revista Brasileira de Mandioca**, Minas Gerais, v. 18, n. 01. p. 25-30. 2005.

MDA/CONDRAF. **Diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável. Ministério do desenvolvimento agrário**. DF: Brasília, 2006. 38 p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. ENTIDADES PATRONAIS AGROINDUSTRIAS E A POLÍTICA DE PESQUI-SA AGROPECUÁRIA NO BRASIL (1963 -2003). **Raizes**, Campina Grande, v. 32, n. 2, p.72-86, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. MDA. Brasília. 2006. 13 p.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)**. MDA. Brasília. 2013. 5 p.

PERALTA, R. L.; ANDRADE, M. O. Direitos quilombolas e acesso às políticas públicas (sociais): reflexos sobre a configuração da paisagem de uma comunidade no brejo paraibano. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 16, p.272-300, 2011. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/19.PERALTA, R ANDRADE M UFPB 272 - 300.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/19.PERALTA,%20R%20ANDRADE%20M%20UFPB%20272%20-300.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2014.

PERESTRELO, J. P. P.; MARTINS, I. S. Modernização rural: transformações econômicas e suas implicações demográficas, epidemiológicas e nutricionais nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.38-55, 2003.

PETERSEN, P. *et al.* Sementes ou grãos? Lutas para desconstrução de uma falsa dicotomia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.10, n.1. p 36-46. 2013.

PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 371 p.

PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 371 p.

PLOEG, J. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**. Oxford, v. 40, n. 4. p. 391-408. 2000.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Ed.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. AS-PTA, Rio de Janeiro. 2009. p. 167. p. 17-32.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 18, n. 11, p.3213-3222, 2013.

PONTES, B. M. S. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, v.8, n. 7. p. 35-47. 2005.

RODRIGUES, Paulo Cesar Guimarães et al. Ecologia dos Brejos de Altitude do Agreste Pernambucano. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n. 3, p.20-34, 2008.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3. p. 715-151. 2007.

SCHMIDT, M. J. **Farming and Petterns of Agribiodiversity on the Amazon Floodplain in the Vicinity of Mamirauá, Amazonas, Brazil**. Geography, Universit of Florida, 2003. 199p.

SILVA, E. A. Mandioca a rainha do Brasil? Ascensão e queda da Manihot esculenta em São Paulo. Dissertação de mestrado. Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas das Universidade de São Paulo. 2008. 131 p.

SILVA, P. S. Tecnologia e Meio Ambiente: o Processo de Modernização da Agricultura Familiar. **Revista da Fapese**, Aracaju, v. 3, n. 2. p. 87-100. 2007.

SILVA, Rosilene Agra da et al. SITUAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA DA CULTURA DOS CITROS NO ESTADO DA PARAÍBA. **Revista Verde**, Mossoró, v. 6, n. 3, p.39-48, 2011.

SOUSA, Lucilene Maria de et al . Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, 2013 . Available from

<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001000011&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Feb. 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013001000011>.

THIOLLENT, Michel. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. THIOLLENT, M.; ARAUJO FILHO, T.; SOARES, R.L.S. (coord.). **Metodologias e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EDUFF, 2000.

THIOLLENTT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo : Cortez : Autores associados, 1985. 136p.

VANKRUNKELSVEN, Luc. **Legal!: Otimismo - Realidade - Esperança**. Curitiba: Gráfica Popular, 2012. 254 p.

VASCONCELOS, L. G. T; KATO, O. R; VASCONCELOS, S. S. Matéria orgânica leve do solo em sistema agroflorestal de corte e trituração sob manejo de capoeira. **Pesq. agropec. bras.**, v.47, n.8. Brasília, 1142-1149. 2012 p.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3. p.383-404. 1996.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático/DRP**. Brasília: MDA/secretaria da agricultura familiar, 2006. 62p.

VIEIRA, F. L. R. O BANCO MUNDIAL E O COMBATE À POBREZA NONORDESTE: o caso da Paraíba. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 52. p. 113-128. 2008.

WANDERLEY, M. D. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Ed.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**: Ed. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2009. p. 33-46.

WANDERLEY, M. D. N. B. *RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO*. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. Caxambu.1996. 18p.

WEZEL A. BELLON S. DORÉ T, FRANCIS C, VALLOD D, DAVID C. Agroecology as a science, a movement, and a practice. **AgronSustain**, New York, v.29, n.4. p.503–515. 2009.

ANEXOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS (AGRICULTORES)

1. Apresentação pessoal e da pesquisa

2. Informações da família

- a. Quem mora na casa?
- b. Quem trabalha com agropecuária?
- c. Quais são as atividades realizadas por cada membro?
- d. Recebe algum auxílio/benefício do governo (Bolsa Família/Aposentadoria)?
- e. Se sim, qual a importância desse auxílio/benefício para a renda familiar?
- f. Quais são as fontes de renda?
- g. % da renda provinda de atividade agropecuária?

3. Área do sítio (clima, relevo, solo, fauna, flora)

- a. Quais são as dificuldades naturais para a agricultura?
- b. Como é sua área (relevo, solo, fauna, flora)?

4. Uso dos recursos naturais

- a. Quais são os recursos naturais mais explorados na propriedade?
- b. Qual a importância desses recursos para a comunidade?
- c. Qual a importância dos recursos para sua renda?
- d. Como é o manejo dos solos?
- e. Como é a adubação? Compra ou produz?
- f. Tem área de queimada/pousio?

5. Técnicas passadas pelos pais e como foram passadas

- a. Quais são as atividades agropecuárias desenvolvidas por você que foi ensinada pelo pai ou pela mãe?
- b. Como seu pai/mãe te ensinou isso?
- c. O que seu pai/mãe plantava/criava?
- d. Como era o sítio quando você era criança?
- e. O que há de diferente hoje?
- f. Se há mudanças, por que você resolveu alterar o modo de produção?

6. Dinâmica de mutirão e mão de obra na comunidade

- a. Como é realizado o trabalho coletivo na comunidade?
- b. Fazem mutirão? Por quê?
- c. Contratam mão de obra? Para que atividades?
- d. Quais são as máquinas para agropecuária sua família possui?
- e. Qual a importância dessa máquina?

7. Situação da produção do momento

- a. Quais são as atividades Culturas/Criações do seu sítio?
- b. Quanto você produz de cada atividade?
- c. Por que você decidiu produzir (de acordo com cada atividade listada pelo agricultor)?
- d. Onde você adquire suas sementes e animais?

8. escoamento

- a. Como você comercializa sua produção?
- b. Quais são as dificuldades da comercialização?
- c. O que acha de feiras livres?
- d. O que acha dos atravessadores?
- e. Como você gostaria de comercializar seus produtos?

9. Planos futuros

- a. O que você planeja produzir nos próximos 10 anos?
- b. Por quê?

10. Ajuda do governo

- a. Quais são as políticas direcionadas para sua produção? (PAA, PRONAF, Seguro Safra...)
- b. O que você acha que o governo deveria fazer pela agricultura familiar?
- c. Como isso ajudaria na sua produção ou comercialização?
- d. Já recebeu algum tipo de financiamento?

11. Atividades introduzidas por técnicos/ONG/extensão rural

- a. Existe alguma atividade em sua propriedade que foi iniciada por influência de técnicos ou através de extensão rural?
- b. Por que você resolveu iniciar esta atividade?
- c. Qual o sucesso dessa atividade?
- d. Quais as dificuldades dessa atividade?

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS (EMATER)

1. Apresentação pessoal e da pesquisa

2. Informações da família

- a. Os agricultores da comunidade recebem auxílio/benefício do governo (Bolsa Família/Aposentadoria)?
- b. Se sim, qual a importância desse auxílio/benefício para a renda familiar desses agricultores?
- c. Quais são as fontes de renda geralmente encontradas?

3. Área do sítio (clima, relevo, solo, fauna, flora)

- a. Quais são as dificuldades naturais para a agricultura dessa comunidade?
- b. Como é sua área (relevo, solo, fauna, flora)?

4. Uso dos recursos naturais

- a. Quais são os recursos naturais mais explorados pela comunidade?
- b. Qual a importância desses recursos para a comunidade?
- c. Qual a importância dos recursos para a renda da comunidade?
- d. Como é o manejo dos solos? Já houve algum trabalho de intervenção?
- e. Como é a adubação? Compra ou produz? Houve intervenção?
- f. Tem área de queimada/pousio? Foram incentivados a não queimar?

5. Técnicas utilizadas

- a. Quais são as atividades agropecuárias tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade?
- b. Alguma dessas atividades tem influência de políticas públicas?
- c. O que era plantado antes do contato com EMATER ou AACADE?
- d. Como era o sítio antes do contato com EMATER ou AACADE?
- e. O que há de diferente hoje?
- f. Se há mudanças, por que você acha que os agricultores resolveram mudar?

6. Dinâmica de mutirão e mão de obra na comunidade

- a. Como é realizado o trabalho coletivo na comunidade?

- b. Fazem mutirão? Por quê?
- c. Contratam mão de obra? Para que atividades?
- d. Quais máquinas para agropecuária a comunidade possui?
- e. Qual a importância dessas máquinas?

7. Situação da produção do momento

- a. Quais são as atividades Culturas/Criações mais importantes para a comunidade?
- b. Alguma dessa foi por influência da EMATER ou AACADE?
- c. Já foi distribuída sementes através da EMATER ou AACADE?

8. Escoamento

- a. Com a comunidade comercializa a produção?
- b. Quais são as dificuldades da comercialização?
- c. O que acha de feiras-livres?
- d. O que acha dos atravessadores?
- e. Como você acha que a comunidade deveria comercializar seus produtos?

9. Planos futuros

- a. O que você acha que os agricultores devem produzir nos próximos 10 anos?
- b. Por quê?

10. Ajuda do governo

- a. Quais são as políticas direcionadas para a produção da comunidade? (PAA, PRONAF, Seguro Safra...)
- b. O que você acha que o governo deveria fazer pela agricultura familiar?
- c. Como isso ajudaria na produção ou comercialização?
- d. Você já colaborou em algum projeto de financiamento da comunidade?
- e. Como foi o projeto?

11. Atividades introduzidas por técnicos/ONG/extensão rural

- a. Você já influenciou alguma atividade agropecuária na comunidade?
- b. Qual a importância dessa atividade para a comunidade?
- c. Quais as dificuldades dessa atividade?